



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

**Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina
2019-2020**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

PRESIDENTE

Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Roger Tang Vidal – Secretário da SGS-DGA (Presidente da Comissão)

Guilherme e Silva Pamplona – Assessor Técnico – DMP (Secretário da Comissão)

Débora Carolina Piazza – Assessora Técnica – DEA

Itacir Carlos Fabris – Assessor Técnico – DTI

Kleber Steinbach – Assessor de Planejamento – ASPLAN

Luciana Rodrigues do Canto – Assessora Técnica – DIE

SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Angela Adelaide Consoli

Ariane Debastiani

Helen Petry

Luísa Bresolin de Oliveira

Roger Tang Vidal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	6
2	INVENTÁRIO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS CONTRATADOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM 2019	12
2.1	DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	12
2.2	DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA	14
2.3	DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	16
2.4	DIRETORIA DE SAÚDE	16
2.5	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16
2.6	SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – DGA	19
3	PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA EM 2019	23
3.1	USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS	23
3.2	ENERGIA ELÉTRICA	26
3.3	ÁGUA E ESGOTO	27
3.4	GESTÃO DE RESÍDUOS	28
3.5	QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	29
3.6	SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	34
3.7	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	34
3.8	DESLOCAMENTO DE PESSOAL	34
4	RELATÓRIO DE DESEMPENHO DAS AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PLS-PJSC/2019	35
4.1	PAPEL	42
4.2	COPOS	43
4.3	ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA	44
4.4	IMPRESSÃO	45
4.5	TELEFONIA	45
4.6	ENERGIA ELÉTRICA	47
4.7	ÁGUA E ESGOTO	52
4.8	GESTÃO DE RESÍDUOS	55
4.9	REFORMAS	58
4.10	LIMPEZA	59
4.11	VIGILÂNCIA	60
4.12	VEÍCULOS	60
4.13	COMBUSTÍVEL	61
4.14	QUALIDADE DE VIDA	61
4.15	CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	82
4.16	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	84
5	PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PARA 2020	87
5.1	PAPEL E IMPRESSÃO	88
5.2	COPOS E ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA	89
5.3	TELEFONIA	89
5.4	ENERGIA ELÉTRICA	89
5.5	ÁGUA E ESGOTO	91
5.6	GESTÃO DE RESÍDUOS	91
5.7	REFORMAS	93



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

5.8	LIMPEZA	93
5.9	QUALIDADE DE VIDA.....	94
5.10	CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	99
5.11	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	100



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

LISTA DE ABREVIATURAS

ASPLAN – Assessoria de Planejamento

CGS – Comissão de Gestão Socioambiental

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DEA – Diretoria de Engenharia e Arquitetura

DMP – Diretoria de Material e Patrimônio

DRH – Diretoria de Recursos Humanos

DIE – Diretoria de Infraestrutura

DS – Diretoria de Saúde

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

PJSC – Poder Judiciário de Santa Catarina

PLS – Plano de Logística Sustentável

PLS-PJSC – Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina

SGS – Secretaria de Gestão Socioambiental

TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

1 APRESENTAÇÃO

Trata-se do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina, que contém o relatório de desempenho do ano de referência e as metas para o ano de 2020 (PLS–PJSC 2019/2020), elaborado em atendimento ao disposto na Resolução CNJ n. 201/2015 e na Resolução GP n. 28/2015, com alterações dadas pela Resolução GP n. 13/2018.

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-JUD) foi instituído pela Resolução CNJ n. 201/2015, que determinou a implantação do PLS-JUD e a criação de unidades ou núcleos socioambientais e nos órgãos e conselhos, bem como a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade.

No Poder Judiciário catarinense, a Resolução GP n. 28/2015 ordenou a criação da Comissão de Gestão Socioambiental, ligada ao Gabinete da Presidência e definiu a competência da Comissão para elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – PLS-PJSC. Determinou, ainda, que o PLS-PJSC seja submetido ao crivo do Conselho de Políticas Jurisdicionais e Administrativas (alteração conforme Resolução GP n. 13/2018).

A Comissão de Gestão Socioambiental é composta por: (a) o Chefe da Secretaria de Gestão Socioambiental da Diretoria-Geral Administrativa, que preside a Comissão; (b) um assessor de Planejamento; (c) um assessor técnico da Diretoria de Material e Patrimônio; (d) um assessor técnico da Diretoria de Infraestrutura; (e) um assessor técnico da Diretoria de Engenharia e Arquitetura; e (f) um assessor técnico da Diretoria de Tecnologia da Informação (alteração conforme Resolução GP n. 13/2018).

O Plano de Logística Sustentável, assim definido no artigo 10 da Resolução CNJ n. 201/2015, é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, o qual permite esta-



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

belecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que obtenham uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

Em cumprimento ao artigo 3º da Resolução GP n. 28/2015, o documento deve conter:

- I – relatório consolidado do inventário de bens e materiais do Poder Judiciário catarinense, com a identificação dos itens nos quais foram inseridos critérios de sustentabilidade quando de sua aquisição;
- II - práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de energia, água, combustíveis, materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados;
- IV – ações de divulgação, sensibilização e capacitação; e
- V – indicadores de desempenho socioambiental e econômico.

As ações e práticas do Plano de Logística Sustentável devem abranger, no mínimo, os temas relacionados no artigo 16 da Resolução CNJ n. 201/2015:

- (a) Uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;
- (b) Energia elétrica;
- (c) Água e esgoto;
- (d) Gestão de resíduos;
- (e) Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- (f) Sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, da força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;
- (g) Contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
- (h) Deslocamento de pessoal e de bens e materiais, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

A matriz de indicadores socioambientais definida no Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015 mensura o desempenho ambiental e econômico do órgão judiciário. Os indicadores são agrupados em 16 categorias:

- (1) Variáveis Gerais;
- (2) Papel;
- (3) Copos Descartáveis;
- (4) Água envasada em embalagem plástica;
- (5) Impressão;
- (6) Telefonia;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

- (7) Energia elétrica;
- (8) Água e esgoto;
- (9) Gestão de Resíduos;
- (10) Reformas;
- (11) Limpeza;
- (12) Vigilância;
- (13) Veículos;
- (14) Combustível;
- (15) Qualidade de vida, e;
- (16) Capacitação socioambiental.

A elaboração do relatório, a implantação anual do PLS-JUD e os resultados dos indicadores de sustentabilidade lançados no sistema corporativo do CNJ contabilizam pontos para o Prêmio CNJ de Qualidade (Portaria CNJ n. 88/2019):

- Art. 6º, IX. Socioambiental. Resolução CNJ n. 201/2015. Até 45 pontos, sendo:
- (a) Envio de todos os dados estatísticos indicados no sistema PLS-Jud (5 pontos);
 - (b) Publicar e encaminhar ao CNJ o relatório a que se refere o art. 23 da Resolução (5 pontos);
 - (c) Possuir unidades ou núcleos socioambientais estruturados na forma prevista no art. 1º da Resolução (5 pontos);
 - (d) Consumo de papel per capita igual ou menor que o primeiro quartil do Poder Judiciário (10 pontos);
 - (e) Consumo de copos descartáveis de café e água per capita igual ou menor que o primeiro quartil do Poder Judiciário (10 pontos);
 - (f) Consumo de água envasada per capita igual ou menor que o primeiro quartil do Poder Judiciário (10 pontos);
 - (g) Consumo de papel per capita igual ou menor que o segundo quartil e maior que o primeiro quartil do Poder Judiciário (7 pontos);
 - (h) Consumo de copos descartáveis de café e água per capita igual ou menor que o segundo quartil e maior que o primeiro quartil do Poder Judiciário (7 pontos);
 - (i) Consumo de água envasada per capita igual ou menor que o segundo quartil e maior que o primeiro quartil do Poder Judiciário (7 pontos).

O documento inaugural do PLS-PJSC, aprovado em 2015¹, indica a metodologia que norteia a elaboração do PLS-PJSC, de acordo com o qual se realizam periodicamente:

¹ Processo administrativo 6790/2018, doc. 72818/2016, p. 33



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

- a) a colheita mensal e anual dos indicadores (Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015);
- b) a atualização anual do inventário de bens, materiais e serviços contratados com critérios de sustentabilidade (artigos 15 e 17 da Resolução CNJ n. 201/2015);
- c) a atualização anual das práticas sustentáveis consolidadas no PJSC (artigo 16 da Resolução CNJ n. 201/2015);
- d) o relatório anual do desempenho do plano de ações do ano corrente (artigo 23 da Resolução CNJ n. 201/2015);
- e) a identificação anual das ações para o ano subsequente (artigo 23 da Resolução CNJ n. 201/2015);

A partir da aprovação anual do Plano de Logística Sustentável, deflagram-se as etapas de acompanhamento e monitoramento de dados, de avaliação dos resultados, de revisão do plano e de divulgação.

Os dados quantitativos dos indicadores socioambientais previstos no Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015 são monitorados por meio de colheita mensal e/ou anual junto às áreas responsáveis e são cadastrados no “Sistema CNJ Corporativo – Perfil Socioambiental”. O relatório de indicadores do ano corrente é entregue anualmente até 28 de fevereiro do ano subsequente, consoante o prazo do Anexo 1, Glossário de Indicadores, 1ª edição, da mesma resolução.

A Comissão de Gestão Socioambiental avalia o progresso do plano de ações, o cumprimento de metas e a realização das práticas sustentáveis. A revisão anual do Plano de Logística Sustentável da instituição concretiza-se por meio do relatório de desempenho, conforme o artigo 23 da Resolução CNJ n. 201/2015.

O relatório de desempenho deve ser enviado ao CNJ até 20 de dezembro de cada ano. Nele apresentam-se a consolidação dos resultados alcançados ao longo do exercício, a evolução do desempenho e o cumprimento das ações e metas, bem como a identificação das ações para o próximo período. A publicação do documento ocorre periodicamente na página www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/plano-delogistica-sustentavel.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Art. 23. Ao final de cada ano deverá ser elaborado por cada órgão e conselho do Poder Judiciário relatório de desempenho do PLS-PJ, contendo:

I – consolidação dos resultados alcançados;

II – a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I;

III – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

§ 1º Os relatórios deverão ser publicados no sítio dos respectivos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e encaminhados, em forma eletrônica, ao CNJ até o dia 20 de dezembro do ano corrente pela autoridade competente do órgão ou conselho.

§ 2º O DPJ disponibilizará aos órgãos e conselhos do Poder Judiciário acesso ao sistema informatizado para compilação das informações quanto ao PLS-PJ com o objetivo de padronizar o envio e recebimento de dados e facilitar a análise dos indicadores que avaliarão o índice de sustentabilidade das instituições.

Assim, anualmente, desde 2016, o PLS-PJSC é revisado e atualizado por meio do relatório de desempenho das ações do ano-base, da proposição de metas para o ano subsequente e da elaboração do inventário de contratações com critérios socioambientais na aquisição e da lista de práticas sustentáveis.

A edição atual (PLS-PJSC 2019/2020) apresenta a atualização do inventário de bens, materiais e serviços com critérios de sustentabilidade na aquisição; a atualização da lista de práticas sustentáveis do PJSC; o relatório de desempenho do plano de ações de 2019; e, o plano de ações aprovado pela Comissão para implantação em 2020.

As áreas que participam do PLS-JUD foram instadas a apresentar o relatório de desempenho das ações do ano corrente e o plano de ações para 2020, bem como a atualização dos demais itens. As áreas participantes são a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, a Diretoria de Gestão de Pessoas, a Diretoria de Infraestrutura, a Diretoria de Material e Patrimônio, a Diretoria de Saúde, a Diretoria de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Gestão Socioambiental.

Área	Acompanhamento do PLS-PJSC 2019	Proposição do PLS-PJSC 2020



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Diretoria de Engenharia e Arquitetura	0076484- 56.2019.8.24.0710	0076531- 30.2019.8.24.0710
Diretoria de Gestão de Pessoas	0076500- 10.2019.8.24.0710	0076536- 52.2019.8.24.0710
Diretoria de Infraestrutura	0076496- 70.2019.8.24.0710	0076534- 82.2019.8.24.0710
Diretoria de Material e Patrimônio	0076501- 92.2019.8.24.0710	0076556- 43.2019.8.24.0710
Diretoria de Saúde	0076502- 77.2019.8.24.0710	0076558- 13.2019.8.24.0710
Diretoria de Tecnologia da Informação	0076503- 62.2019.8.24.0710	0076560- 80.2019.8.24.0710
Secretaria de Gestão Socioambiental	0076505- 32.2019.8.24.0710	0076561- 65.2019.8.24.0710

A Secretaria de Gestão Socioambiental executou a compilação dos dados e a elaboração do relatório em cumprimento ao inciso XIII do artigo 5º da Resolução GP n. 28/2015. O documento organiza-se em 7 seções:

- (1) Apresentação;
- (2) Inventário de bens, materiais e serviços com critérios de sustentabilidade na aquisição;
- (3) Lista de práticas sustentáveis desenvolvidas no PJSC;
- (4) Relatório do desempenho das ações do PLS-PJSC 2019; e,
- (5) Plano de ações para 2020.

Os membros da Comissão de Gestão Socioambiental aprovaram o PLS-PJSC 2019/2020 em reunião realizada por videoconferência em 22 de novembro de 2019, conforme documento 2686363 dos autos n. 6790/2018.

Comissão de Gestão Socioambiental
Novembro de 2019.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

2 INVENTÁRIO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS CONTRATADOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM 2019

Foram listados 59 bens, materiais e serviços que incluíram critérios socioambientais na aquisição no decorrer de 2019:

Tabela 1- Resultado da atualização do Inventário

DEA	DIE	DMP	DS	DTI	SGS	TOTAL
16	06	02	02	09	24	59

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

Os itens estão agrupados por diretoria ou área do TJSC, contendo a descrição e o número do convênio, contrato ou ARP.

2.1 DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Brises <i>soleil</i> nas fachadas com maior incidência de raios solares	Os brises são especificados em fachadas para reduzir a incidência de raios solares, minimizando o uso de ar condicionado.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Cobertura (telha) com material que favorece o isolamento térmico	A utilização de material para a cobertura que favoreça o isolamento térmico minimiza o uso de ar condicionado.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Equipamentos de climatização – ar condicionado (tipo janelheiro e Split)	Equipamentos de ar condicionado do tipo janela são especificados com selo PROCEL, com índices de eficiência energética A. Equipamentos de ar condicionado do tipo Split são especificados para compra apenas modelos do tipo inverter, com economia de energia elétrica da ordem de 30% com relação a outros modelos, e também seguem especificados para selo PROCEL, com índices de eficiência energética A ou B.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Lâmpadas de alto rendimento	Lâmpadas de alto rendimento, que não utilizam metais pesados na sua composição.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Sistema de acionamento automático da iluminação	A iluminação com acionamento automático em áreas de pouca utilização (como garagens e escadas enclausuradas) reduz o consumo de energia elétrica.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Madeira de origem legal	O uso de madeira de origem legal, proveniente de manejo florestal ou reflorestamento, comprovada mediante apresentação de certificado de procedência, contribui para o uso planejado dos recursos naturais.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Tintas à base de água	O uso de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo evita a contaminação do ambiente no processo de pintura e descarte dos produtos.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Pavimentação externa com bloco intertravado	Blocos que garantem maior percentual maior de permeabilidade no solo (favorece a infiltração das águas das chuvas).	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Torneira acionamento hidromecânico e fechamento automático	As torneiras com sistema de acionamento hidromecânico são acionadas com leve pressão da mão e fechamento automático temporizado em aproximadamente 6 segundos o que garante economia de água. Sistema prático, com elevada vida útil, resistência a depredações gerando economia e maior higiene, pois uma vez acionado, o usuário não tem mais contato com o produto.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Mictórios instalações sanitárias masculinas	A instalação de mictórios em banheiros masculinos resulta em economia de água de até 75%. Os mictórios consomem de 1,5 a 2 litros de água por acionamento da descarga para descarte de urina. As bacias sanitárias comuns, com meia descarga, usam 3 litros. As válvulas sem duplo acionamento gastam, em média, 6 litros. Serão utilizados torneira automática temporizada com acionamento por pressão.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Válvula de descarga de duplo acionamento para instalações sanitárias	Usar sempre a mesma quantidade de água nas descargas é desperdício. O sistema de duplo acionamento oferece a opção para despejar três ou seis litros na bacia sanitária, de acordo com a necessidade. A economia de água depende do usuário com a correta utilização.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Caixa de descarga com válvula de acoplada	O uso de caixa acoplada favorece a economia de água quando utilizada adequadamente. A principal vantagem é que são utilizados mecanismos de entrada e saída que possibilitam diferentes benefícios e a necessidade da espera de seu enchimento para liberar uma nova descarga, evitando assim acionamentos repetitivos desnecessários. Uma breve comparação: válvulas de descarga gastam cerca de 1,8 litro por segundo, ou seja, acionar a válvula por cerca de quatro segundos gasta mais que uma descarga em caixa acoplada.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações em sanitários de uso privativo, contratos de manutenção predial.
Sistema de reaproveitamento de águas das chuvas	O sistema de reaproveitamento de águas das chuvas reduz o consumo de água fornecida pela concessionária.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Equipamentos para transporte vertical (elevadores)	Elevadores com sistema inteligente na partida e frenagem da cabine, variadores de frequência e variadores de voltagem.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Bicicletários	A instalação de bicicletários nos prédios estimula o uso pelo servidor e público, o que possivelmente reduz a circulação de automóveis.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção.
Tapume ecológico	O uso de tapume ecológico de matéria-prima reciclada e/ou reciclável (placa ecológica tetrapak) reduz o entulho decorrente da obra.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.

2.2 DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Copo plástico 180 ml	Copo plástico descartável, em conformidade com a ABNT – NBR 14865	Pregão eletrônico n. 048/2019 - ARP 1809 – validade até 02/05/2020.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	atualizada, produzido em 100% poli-propileno (PP), com capacidade de 180ml.	
Máquina de Lavar roupa	Equipamentos adquiridos com a exigência de classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO/MDIC número 20 de 01/02/2006).	Pregão eletrônico n. 069/2019 - ARP 1852 – validade até 08/07/2020.
Refrigerador Frost Free	Equipamento adquirido com a exigência de classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO/MDIC número 20 de 01/02/2006).	Pregão eletrônico n. 069/2019 - ARP 1852 – validade até 08/07/2020.
Refrigerador (frigobar)	Equipamento adquirido com a exigência de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe "A", nos termos da Portaria INMETRO nº 234 de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;	Pregão eletrônico n. 069/2019 - ARP 1852 – validade até 08/07/2020.
Forno de micro-ondas	Equipamento adquirido com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe "A", nos termos da Portaria INMETRO nº 497 de 28/12/11, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Pregão eletrônico n. 069/2019 - ARP 1852 – validade até 08/07/2020.
Serviços continuados de fabricação de móveis sob medida	- Apresentar registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (IN 31, de 3 de dezembro de 2009 do IBAMA); - Certificado de Cadeia de Custódia, emitido pela FSC do Brasil (Forest Stewardship Council) ou Cerflor – Certificado Florestal (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) que garante a rastreabilidade do MDF desde a produção da matéria prima que sai das florestas até a entrega ao consumidor final.	Pregão eletrônico n. 033/2019 - Contrato n. 80/2019.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

2.3 DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Papel fabricado com resíduos do bagaço da cana	Papel sulfite de papelaria, produzido à base de fibras extraídas da reciclagem do bagaço de cana de açúcar, alvura mínima de 88%, opacidade mínima de 86 a 92%, umidade de 3% até 5% em conformidade com as normas da ABNT, corte rotativo, PH alcalino, isento de cloro elementar EFC	Pregão 042/2019 – Ata de Registro de Preços n° 1812, vigente até 5-6-2019. Pregão 140/2019 – Ata de Registro de Preços 1897, vigente a partir de 18-9-2019.
Caneta esferográfica azul, fabricada com material reciclado	Caneta esferográfica azul personalizada – corpo cilíndrico, translúcido, composto de uma mistura de polipropileno de baixa densidade e de, no mínimo 70% de material reciclado, proveniente de aparas de produção.	Pregão 010/2018 – Ata de Registro de Preços n° 1710, vigente até 10-5-2019. Pregão 103/2019 – Ata de Registro de Preços n° 1868, vigente a partir de 12-8-2019.

2.4 DIRETORIA DE SAÚDE

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos de saúde	Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos de saúde dos Grupos A4 (infectantes), E (perfurocortantes) e B (resíduos químicos)	Contrato 124/2017
Recebimento e destinação ambientalmente correta dos remédios vencidos	Receber e destinar medicamentos vencidos	Contrato 124/2017

2.5 DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
------	-----------	-----------------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<p>Centrais telefônicas baseadas em computadores já disponíveis no TJSC, para implantação do projeto VoIP 2</p>	<p>Redução do número de 110 para 12 centrais telefônicas, baseadas em computadores servidores com características de eficiência energética, mantendo-os apenas nas áreas conurbadas e reduzindo consideravelmente o número de linhas contratadas com as operadoras de telefonia. Como consequência positiva para o meio ambiente, haverá a diminuição do consumo de energia elétrica, utilização de espaço físico e dos gastos com refrigeração do local de instalação do servidor. A empresa contratada para a prestação de serviços, para o ambiente de teste e armazenamento dos sistemas, utiliza-se dos serviços de data center das empresas Amazon e Digital Ocean, as quais tem o compromisso de sustentabilidade nos projeto impactos ambientais.</p>	<p>207/2014 - antigo contrato Nova contratação em fase final</p>
<p>Aparelhos celulares para telefonia móvel no regime de comodato</p>	<p>A empresa contratada deve atender a aplicação da política de logística reversa dos produtos adquiridos no regime de comodato, encaminhando os equipamentos para o correto descarte ou reaproveitamento do material em atenção as políticas de sustentabilidade ambiental previstas pela ANATEL e no que tange aos resíduos sólidos a lei 12.305/2010, sem ônus ao contratante. Redução de custos de deslocamento, utilização de papel e outros suprimentos, a partir da utilização de recursos dos smartphones.</p>	<p>280/2016</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Aparelhos mini modem para conexão móvel	A política de logística reversa dos produtos adquiridos no regime de comodato são feitos pela empresa Contratada, desde o recolhimento do material descartado até a destinação final considerando as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei e pela da ANATEL, sem qualquer ônus ao Contratante.	279/2016 277/2016
ALUGUEL DO GALPÃO - Renovação	Renovação do contrato de aluguel do Galpão onde está sediada a Seção de Gerenciamento e Manutenção de Equipamentos de TI. A Seção, que antes ocupava dois galpões, ocupa agora um galpão. Isso foi possível graças aos esforços para descartar bens de informática baixados que estavam acumulados. Com isso cuida-se de racionalizar o espaço, de dar o devido destino aos bens descartados e também diminuir custo de aluguel.	Contrato n. 103/2014
NOBREAK	Nobreak item necessário para energizar os equipamentos do CPD das comarcas, incluindo servidores, switch e outros equipamentos. Além de maior autonomia no funcionamentos dos bens que estão energizados, garante a segurança necessária para que não ocorra danos aos equipamentos.	SPA 28034/2016
PEÇAS E INSUMOS DE INFORMÁTICA	Peças necessárias para a manutenção corretiva e preventiva do parque computacional. Além de itens necessários para o pleno funcionamento dos	SPA 21713/2018



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	hardwares (fones de ouvido, teclado, mouse, filtros de linha, etc)	
VÍDEO WALL (TV)	Aquisição necessária para visualização de meios de prova, salas de audiências, videoconferências, exposição técnica, dentre outros.	SPA 6218/2019

2.6 SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – DGA

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Leste	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 114/2018
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Norte	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 113/2018
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Sul	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos	Contrato n. 117/2018



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Oeste	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 92/2018
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Meio Oeste	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 90/2018
Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Vale do Itajaí	Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos.	Contrato n. 93/2018



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – TJ e Comarca de Florianópolis	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.115/2017
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região da Grande Florianópolis	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n.79/2017
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Serrana	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 191/2015
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Sul e Sudeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 240/2015
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região do Litoral Norte	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 50/2017
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Noroeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 160/2015
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Meio Oeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 125/2019
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Oeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 126/2019
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Chapecó, Palmitos e São Carlos	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.27/2019
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Lages	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o	Convênio n.39/2019



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Descanso e São Miguel do Oeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.40/2019
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Otacílio Costa	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.41/2019
Coleta e Compostagem de Resíduos Orgânicos – Região Sul	Coleta de resíduos orgânicos classe II A não inertes (resíduos de poda e jardinagem e resíduos de copa e cozinha), compreendendo a pesagem, o transporte e a compostagem aeróbica para a produção de adubo orgânico.	Contrato 245/2016
Coleta e trituração de processos findos	Coleta de processos findos da Divisão de Arquivo, compreendendo a coleta, a pesagem o transporte, a trituração através de processo que assegure a garantia do sigilo das informações contidas nos documentos e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato 47/2016
Convênio de logística reversa de cartuchos – Lexmark	Recolhimento de cartuchos de toner vazios para remessa ao centro de reciclagem de acordo com a legislação ambiental vigente.	Convênio n. 182/2015
Convênio de logística reversa de cartuchos – Hewllet Packard	Recolhimento de cartuchos de toner vazios para remessa ao centro de reciclagem de acordo com a legislação ambiental vigente.	Convênio n. 174/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

3 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA EM 2019

O levantamento realizado pelas áreas apontou o seguinte quantitativo de práticas sustentáveis consolidadas em 2019:

Tabela 2- Quantitativo de práticas sustentáveis 2019

TEMA	QUANTIDADE
Inciso I – Uso eficiente - Papel e suprimentos de impressão	04
Inciso I – Uso eficiente - Material de consumo – planejamento e uso	04
Inciso I – Uso eficiente - Sistemas informatizados	06
Inciso I – Uso eficiente - Copos descartáveis e água envasada	04
Inciso I – Uso eficiente - Telefonia	02
Inciso I – Uso eficiente - Documentos, materiais e bens móveis	03
Inciso II – Energia elétrica	14
Inciso III – Água e esgoto	03
Inciso IV – Gestão de resíduos	18
Inciso V – Qualidade de vida	54
Inciso VI – Sensibilização e capacitação socioambiental	02
Inciso VII – Contratações sustentáveis	59
Inciso VIII – Deslocamento de Pessoal	01
Total	174

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

As práticas sustentáveis listadas abaixo foram organizadas com base nos temas do art. 16 da Resolução CNJ n.201/2015: uso eficiente de insumos e materiais (subdividida conforme critérios da Comissão); energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho.

3.1 USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS

3.1.1 Papel e suprimentos de impressão



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DMP – Acompanhamento periódico da distribuição de papel A4 às Unidades do PJSC, com indicações das unidades que não apresentaram redução no consumo em relação ao período anterior.

DTI - uso mínimo da impressora, apenas para documentos oficiais.

DTI – Redução do uso de papel pela utilização de aparelhos celulares, modem e minimodem para comunicações oficiais;

SGS/DTI/DMP - Logística reversa em relação aos cartuchos/toner.

SGS - Reaproveitamento de papel impresso de um lado para confecção de blocos de rascunho.

3.1.2 Material de consumo – planejamento e uso

DMP – Monitoramento do histórico de consumo dos bens estocáveis, visando a redução do consumo;

DIE/DMP – Revisão das aquisições de itens estocáveis, a fim de submeter à Administração a tomada de decisão quanto à oportunidade e conveniência de manter contratações de bens de consumo em que o custo x benefício para a sociedade não se demonstra vantajoso.

DTI - Manutenção do equipamento adquirido por tempo mais prolongado com a renovação apenas da garantia

DTI - Ampliação do tempo de substituição dos aparelhos celulares, modem e minimodem em posse dos usuários

3.1.3 Sistemas informatizados

DTI - Sistema de Cadastro/Recadastramento de Servidores e Magistrados incluindo a "pasta digital", onde todos os documentos foram digitalizados e anexados ao cadastro (Menos impressões - redução do uso de papel e de toner)

DTI - Integração do eProc com as polícias civil e militar (DSJ) (redução de deslocamento de servidores e policiais)

DTI - Biometria (DSJ) (V - qualidade de vida no ambiente de trabalho; VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar;)

DTI - Intimações unipaginadas (redução de impressão)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DTI - Incentivo do uso videoconferência em reuniões administrativas, em substituição ao deslocamento para outras unidades do PJSC

DTI - Obrigatoriedade do uso da videoconferência para a eliminação da expedição de cartas precatórias e oitiva de réus presos (Res. 24/2019)

3.1.4 Copos Descartáveis e Água envasada

SGS/DIE - Incentivo à substituição do uso de copos descartáveis por copos e canecas retornáveis duráveis ou biodegradáveis.

DIE – Distribuição limitada de água engarrafada e incentivo ao uso de água em garraões de 20 litros.

DIE – Higienização periódica de bebedouros e sistemas de filtragem de acordo com os normativos legais ou instruções do fabricante.

DIE – Instituição de novo método atendimento de copa em reuniões, em substituição às garrafas descartáveis de 500ml, passou-se a utilizar jarras de vidro abastecidas com água provenientes de galões de 20l.

3.1.5 Telefonia

DTI - Utiliza-se prioritariamente comunicação por meio de dados ao invés de telefonia (e-mail, Skype)

DTI - Centralização de serviços de telefonia (VoIP 2)

3.1.6 Desfazimento de documentos, materiais e bens móveis

SGS - Coleta e destinação adequada de bens apreendidos judicialmente.

SGS - Descaracterização, coleta e destinação adequada de documentos e processos judiciais de acordo com a tabela de temporalidade e Recomendação CNJ 37/2011.

SGS - Incentivo à reutilização de materiais.

3.1.7 Contratações sustentáveis



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Conforme lista do item 3 acima (Inventário de bens) –incentivo a contratações sustentáveis, observando-se critérios de sustentabilidade na especificação do objeto no projeto básico.

3.2 ENERGIA ELÉTRICA

SGS e DEA – Sensibilização permanente para redução do uso de energia elétrica: desligar as luzes, equipamentos, incentivo ao uso da luz solar (iluminação natural), na página eletrônica da SGS.

SGS e DEA – Sensibilização permanente para uso racional do ar condicionado e observação da melhor eficiência energética no momento de aquisição, na página eletrônica da SGS.

DEA – Utilização de *brise soleil* – filtros de luz - visa aumentar os ganhos térmicos da edificação. Em consequência reduzir o consumo de energia elétrica com o uso de ar-condicionado e luminárias.

DEA – Instalação de lâmpadas alternadas - Instalação de interruptores por grupo de lâmpadas alternadas, que permita o uso de iluminação parcial necessária.

DEA – Avaliação anual dos Contratos de Fornecimento de Energia – Trata-se do acompanhamento da modalidade de tarifação e da demanda contratada de fornecimento de energia.

DEA – Diagnóstico das instalações elétricas visando propor as alterações necessárias para redução de consumo.

DEA – Utilização de calhas refletoras visando melhorar a qualidade da iluminação.

DEA – Utilização de Lâmpadas LED - Especificação de projeto para troca da iluminação do Tribunal Pleno por lâmpadas do tipo LED.

DEA – Utilização de equipamentos de ar condicionado do tipo inverter, com economia de energia elétrica da ordem de 30% com relação a outros modelos, e também seguem especificados para selo PROCEL, com índices de eficiência energética A ou B.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DEA - Película de Vidro - garantir o conforto térmico projetando o ar condicionado nos ambientes de forma a também minimizar os gastos com energia.

DEA - Transporte Vertical – Equipamentos para o transporte vertical com a utilização de elevadores e plataformas elevatórias (para portadores de necessidades especiais) de alta eficiência, com inteligência artificial de maneira a utilizar a energia de forma racional.

DEA – Construção de telhado verde para equilíbrio de temperatura e economia energética, com a redução da exigência do equipamento de ar-condicionado.

DTI –Em toda contratação, busca-se equipamentos com alta eficiência energética, como especificação mínima de watts/hora de fontes de ultrabook e de minidesktop.

DTI - Substituição dos equipamentos de rede antigos por novos que consomem menos energia.

3.3 ÁGUA E ESGOTO

SGS – Sensibilização para redução de uso de água, energia e papel na página eletrônica da SGS.

DEA – Manutenção preventiva e corretiva – contratação de empresa especializada para tratamento e manutenção preventiva mensal na água de condensação e água gelada do sistema de climatização da Torre II, Fórum Central da Capital e Fórum Des. Eduardo Luz com exigência de respeito a legislação ambiental vigente, exigindo a empresa que nenhum produto seja agressivo ao meio-ambiente, e solicitando registro dos produtos utilizados em órgão nacional competente, ANVISA e IBAMA quando aplicável.

DIE – Monitoramento e controle do consumo de água e esgoto. A DIE recebe mensalmente as faturas de água e esgoto das unidades que compõe o PJSC, alimenta o sistema SCT com as informações e instrui o processo de pagamento. Quando ocorre um desvio padrão no consumo, a Seção de Controle de Custos envia um e-mail para a unidade consumidora fazendo um alerta do aumento do consumo, juntamente com o relatório de consumo dos últimos 12 meses e solicita que a unidade



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

verifique eventuais problemas de vazamento. Referido e-mail é enviado com cópia à Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

3.4 GESTÃO DE RESÍDUOS

DTI – Uso de desktops virtuais, o que gera menos resíduo computacional.

SGS – As atividades de gestão da coleta seletiva nas unidades do TJSC e nas comarcas, e de logística reversa dos resíduos, são realizadas de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, Resolução CONAMA n. 275/2001 e Decreto 5.940/2006 e demais normas aplicáveis.

SGS – Coleta seletiva e destinação adequada de resíduos de classe II.

SGS – Coleta e destinação adequada de resíduos perigosos (pilha, bateria, eletroeletrônicos e insumos de informática).

SGS – Coleta e inutilização dos bens e materiais inservíveis, com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Coleta e destruição dos bens apreendidos judicialmente com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Coleta e fragmentação de documentos sigilosos, físicos e digitais, com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Coleta e destinação adequada de resíduos orgânicos (pó de café e jardinagem) com retorno de 5% em adubo para ser usado nos jardins.

SGS – Campanhas para o consumo consciente são desenvolvidas e o material disponibilizado no *site* da SGS (www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental).

SGS – Credenciamento a fim de firmar convênio com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, ao invés de empresas privadas, conforme preconizado pela Lei n.12.305/2010.

DEA – Descarte adequado de lâmpadas e reatores queimados em reformas e nos contratos de manutenção predial (contratos de manutenção predial).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DEA – Inclusão de ambiente destinado à guarda provisória de lixo reciclável na concepção dos projetos arquitetônicos de novos fóruns (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).

DEA - Adequação do projeto arquitetônico à topografia original do terreno, quando possível, reduzindo a movimentação de terra necessária (contratos de obras de construção ou ampliação).

DEA - Composição de espaços arquitetônicos de forma a favorecer alterações futuras de layout, evitando ou reduzindo as intervenções e, conseqüentemente, os resíduos decorrentes da obra (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).

DEA - Inclusão de cláusula nos contratos de obras de reforma ou construção de edificações quanto à responsabilidade das empresas em informar mensalmente ao Poder Judiciário acerca da quantidade de resíduos produzidos na obra que foram encaminhados à reciclagem, bem como o local de destino dos resíduos.

DIE – Incentivo à higienização ecológica em parte dos veículos da Frota do Tribunal do Justiça, método que utiliza em média dois litros de água por veículo.

DS – Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos dos Grupos A4 (infecantes), E (perfurocortantes) e B (resíduos químicos).

DS – Recebimento e destinação ambientalmente correta dos remédios vencidos.

3.5 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

DGP – Acompanhamento do Desempenho - Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.

DGP – Atendimento Psicossocial –: dar suporte psicossocial a servidores que buscam auxílio para dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho.

DGP – Cartões Virtuais - Datas marcantes - Reconhecer, valorizar ou apoiar servidores e magistrados por meio do envio de cartões individualizados em momentos marcantes da vida destes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DGP – Diagnósticos Psicossociais - Acompanhar e desenvolver os servidores realizando entrevistas individuais com todos os membros envolvidos na situação relatada ao ser solicitado o diagnóstico; com base nas entrevistas definir a intervenção cabível e realizar os encaminhamentos necessários.

DGP – “Dicas” no Portal do Servidor - Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.

DGP – Entrevistas de Lotação e Relotação – Entrevistas com o fim de identificar o perfil do servidor para definição de lotação com melhor adequação do ambiente de trabalho.

DGP – Grupos Vivenciais - contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).

DGP – Homenagem aos servidores aposentados - Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.

DGP – Programa de Bem-estar no Trabalho - Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.

DGP – Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais - Objetivo: Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.

DGP – Programa de Melhoria do Clima Organizacional - Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DGP – Programa de Preparação para Aposentadoria - Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.

DGP – Programa Integra - Melhorar as condições de acessibilidade e inclusão de colaboradores com deficiência, oferecendo condições adequadas para que possam exercer suas atividades laborais.

DGP - Programa Olhares - Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.

DGP – Recadastramento de Aposentados –Auxiliar a servidor aposentado incapacitado a realizar o recadastramento anual obrigatório, contribuindo para o seu bem-estar.

DGP – Rodízio de funções - Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça / Comarca.

DGP – Teletrabalho - Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.

DS – Campanha da vacina antigripal;

DS - Campanha Setembro Amarelo;

DS - Campanha contra o câncer de mama – Outubro Rosa;

DS - Campanha contra o câncer de próstata – Novembro Azul;

DS – Dicas de saúde (DAS);

DS – Avaliação social de magistrados e servidores em Licença para Tratamento de Saúde ou em Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família (DAS);

DS – Avaliação social e monitoramento de servidores com Readaptação Funcional ou com Redução de Carga Horária por motivo de doença (DAS);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DS – Avaliação social de servidores requerendo Remoção/Disposição por motivo de doença (DAS);

DS – Avaliação social de magistrados e servidores para Isenção de Imposto de Renda (DAS);

DS – Assistência para Internação e acompanhamento de magistrado e servidor internado em instituição de saúde por motivos psiquiátricos e dependência química (DAS);

DS – Atendimentos Emergenciais (DAS);

DS – Avaliação psicológica de magistrados e servidores em Licença para Tratamento de Saúde e Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família (DAS);

DS – Avaliações psicológicas de servidores com pedido de readaptação funcional ou com pedido de remoção (DAS);

DS – Avaliação psicológica de candidatos à Magistratura (DAS);

DS – Avaliação psicológica de candidatos à admissão no cargo efetivo e comissionado (DAS);

DS – Avaliação Psicossocial para magistrados e servidores indicados para aposentadoria por invalidez (DAS);

DS – Atendimento psicológico emergencial a magistrados e servidores (DAS);

DS – Exame psicotécnico aos Juízes Substitutos em processo de Vitaliciamento (DAS);

DS – Aquisição e distribuição de materiais e testes psicológicos para todos (as) psicólogos (as) do Poder Judiciário (DAS);

DS – Prestação de serviço de informação farmacêutica (DAS);

DS – Atendimento aos pedidos de orçamento de medicamentos (DAS);

DS – Recebimento e destinação de medicamentos vencidos (DAS);

DS – Envio de medicação para os colaboradores de todas as unidades judiciárias do Poder Judiciário (DAS);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DS – Atendimento odontológico de emergência, preventivo e curativo aos magistrados e servidores ativos, com ênfase na profilaxia oral e nas restaurações dentárias. Além de orientações sobre higiene bucal (DAS);

DS – Atendimento de urgência/emergência na Seção de Pronto Atendimento (DAS);

DS – Atendimento médico móvel de urgência com cobertura em 14 áreas do Poder Judiciário;

DS – Prestação de serviços continuados de atendimento a primeiros socorros, abandono da edificação e desenvolvimento e aplicação de política preventivista de segurança contra incêndio e pânico nas dependências das Torres I e II do TJSC e Fórum Rid Silva (DPAS);

DS – Avaliação de ambientes de trabalho a fim de levantar os riscos ambientais e os riscos associados ao trabalho para melhor adaptar o colaborador que possui limitações ao seu posto de trabalho (DPAS);

DS – Avaliação de Planilhas Antropométricas (DPAS);

DS – Disponibilização de Acessórios Ergonômicos (DPAS);

DS – Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's (DPAS);

DS – Elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT (DPAS);

DS – Elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (DPAS);

DS – Elaboração de implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (Exame Admissional, Periódico, Mudança de Função, Retorno ao Trabalho e Demissional), nos magistrados e servidores (DPAS);

DS – Execução dos Exames Médicos Ocupacionais e emissão de atestados ocupacionais, conforme PCMSO (DPAS).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

3.6 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

SGS – Semana do Meio Ambiente: evento realizado desde 2010 que aborda diversas temáticas socioambientais no Tribunal de Justiça e nas comarcas.

SGS – Semana Lixo Zero 2019 – evento realizado desde 2017 com foco na gestão de resíduos, especialmente na redução da geração de lixo.

3.7 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O Inventário (item 2) apresenta o quadro contendo todas as contratações sustentáveis realizadas em 2019, totalizando 59 contratações.

3.8 DESLOCAMENTO DE PESSOAL

DTI - Suporte remoto aos usuários, evitando o deslocamento de servidor até a estação de trabalho de colegas de todo o Estado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4 RELATÓRIO DE DESEMPENHO DAS AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL- PLS-PJSC/2019

O plano de ações de logística sustentável de 2019 alcançou 48 ações, das quais 28 metas foram atingidas, 15 parcialmente cumpridas e apenas 5 não alcançadas.

Tabela 3 Cumprimento das ações do PLS 2019

Categoria	Ação	Área	Meta	Situação de cumprimento
Papel	Campanha para uso racional de impressoras e de papel	DTI/SGS/DMP	10 % de redução no consumo do papel para impressão.	Realizada
Copos	Avaliar a viabilidade de retirada de suporte de copos plásticos localizados nos setores internos do PJSC	DIE/DMP	Realizar 100% do estudo	Realizada
Impressão	Redução da quantidade de impressoras em operação no PJSC	DTI	Reduzir em 10% a quantidade de impressoras distribuídas em todas as unidades do PJSC	Realizada
Telefonia	Redução da quantidade de centrais telefônicas	DTI	Reduzir em 90% o número de centrais telefônicas no estado de Santa Catarina	Parcialmente realizada
Telefonia	Implantar as Centrais Telefônicas VoIP exclusivamente nas 12 comarcas associadas às áreas conurbadas	DTI	100% das unidades implantadas	Parcialmente realizada
Telefonia	Celulares para intimação ou utilização no plantão	DTI	75% de utilização	Parcialmente realizada
Energia elétrica	Substituição de ar condicionado do tipo janelheiro por split nos	DEA	Substituir 40% dos condicionadores de ar do tipo janelheiro por aparelhos do tipo split nas salas das assessorias de magistrados	Realizada



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas		dos fóruns com até 5 varas, em conformidade com as diretrizes previamente definidas pela DEA e ratificadas pelo CGENG.	
Energia elétrica	Avaliação pós-ocupação da cobertura verde	DEA	Elaborar 100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Canoinhas.	Realizada
Água e esgoto	Ligação à rede pública de esgoto nos municípios que disponibilizam este serviço	DEA	Executar os serviços de conexão à rede pública de tratamento de esgoto em no mínimo 2 prédios localizados em municípios que disponibilizam esse serviço.	Realizada
Gestão de resíduos	Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis	SGS	100% de celebração de convênios para atendimento das demandas em unidades do TJSC e onde houver entidades ambientalmente licenciadas.	Parcialmente realizada
Gestão de resíduos	Adoção de novo modelo de separação e armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva.	SGS	100% das unidades administrativas do TJSC e 10% dos fóruns.	Parcialmente realizada
Gestão de resíduos	Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações de elaboração de projetos e orçamentação de obras de construção e reforma (DEA).	DEA	100% de avaliação da apresentação de estudo da destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil – RCC nas contratações realizadas em 2019.	Não realizada



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Reformas	Instalação/ampliação de bicicletários	DEA	Aumentar em 15% a quantidade de novos bicicletários a serem instalados nos prédios, que corresponderá a 80 prédios com este equipamento instalado.	Parcialmente realizada
Limpeza	Realizar estudo para avaliar a possibilidade de adquirir produtos biodegradáveis	DIE - DMP	Realizar 100% do estudo	Não realizada
Veículos	Realizar estudo para avaliar o potencial impacto da adoção de videoconferência em reuniões administrativas na quantidade de deslocamentos entre unidades do Tribunal de Justiça.	DTI/DIE	Realizar 100% do estudo	Realizada
Combustível	Realizar estudo para avaliar o custo benefício em utilizar etanol ou gasolina no abastecimento dos veículos da frota oficial	DIE	Realizar 100% do estudo	Não realizada
Qualidade de vida	Fomentar e participar de curso sobre intervenção em situações de urgências psicológicas	DS/DGP/AJ	Capacitar no mínimo 70% dos servidores da DS envolvidos no atendimento de situações de crise	Realizada
Qualidade de vida	Humanizar a comunicação de aposentadorias por invalidez	DS	Atender 100% dos casos encaminhados pela Junta Médica	Realizada
Qualidade de vida	Atuar no processo de verificação dos riscos psicossociais/cognitivos	DS	Preencher 100% dos quesitos estabelecidos pelo e-social e avaliar 100% do público obrigado ao e-Social	Não realizada



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Qualidade de vida	Instituir a Semana da Saúde (08 a 12/04/2019)	DS//Número de Comunicação	Alcançar a participação de 20% dos colaboradores do PJSC	Realizada
Qualidade de vida	Adquirir, orientar e distribuir o Equipamento de Proteção Ergonômica-EPE	DS	Atender 100% da demanda	Parcialmente realizada
Qualidade de vida	Adquirir, controlar, orientar e distribuir o Equipamento de Proteção Individual-EPI	DS	Atender 100% dos colaboradores expostos a riscos ocupacionais indicados no PPRA	Realizada
Qualidade de vida	Realizar a Análise Ergonômica do Trabalho nos postos de trabalho indicados pela Junta Médica	DS	Realizar AET em 100% da demanda enviada pela Junta Médica	Parcialmente realizada
Qualidade de vida	Estudo para instituição de procedimento em casos de acidente do Trabalho	DS/DGP	Realizar 100% do estudo	Parcialmente realizada
Qualidade de vida	Avaliar o questionário osteomuscular dos teletrabalhadores	DS	Avaliar 100% dos questionários recebidos na Seção de Ergonomia via SPA.	Realizada
Qualidade de vida	1º Passeio Ciclístico do PJSC	DS	Alcançar a participação de no mínimo 50 colaboradores do TJSC	Realizada
Qualidade de vida	Cartões Virtuais - Datas marcantes	DGP	Enviar as mensagens a todos servidores, magistrados e estagiários em datas especiais individualizadas. Indicador em número de cartões enviados.	Parcialmente realizada
Qualidade de vida	Diagnósticos Psicossociais	DGP	Realizar diagnóstico nas unidades jurisdicionais em atendimento à demandas da Presidência, CGJ, DGA, ou resultantes do acompanhamento do desempenho de servidores,	Realizada



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

			visando eventual intervenção da DGP. Indicador em número de servidores entrevistados nos diagnósticos das unidades atendidas.	
Qualidade de vida	Programa Rodízio de Funções	DGP	Realizar uma edição do evento. Indicador em número de participantes.	Realizada
Qualidade de vida	Homenagem aos servidores aposentados	DGP	Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano. Indicador em número de servidores homenageados.	Realizada
Qualidade de vida	Programa de Melhoria do Clima Organizacional	DGP	Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 3 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias) no ano. Indicador em número de colaboradores das unidades que receberam o programa.	Parcialmente realizada
Qualidade de vida	Recadastramento de Aposentados	DGP	Recadastrar todos aposentados que solicitarem o atendimento no ano. Indicador em número de servidores aposentados atendidos.	Realizada
Qualidade de vida	Atendimento Psicossocial	DGP	Atender todos os servidores que solicitarem apoio psicossocial. Indicador em número de servidores atendidos.	Realizada
Qualidade de vida	Acompanhamento do desempenho	DGP	Realizar acompanhamento do desempenho de todos os servidores que apresentarem algum quesito insuficiente na Avaliação de Desempenho nos períodos 2018.2 e 2019.1.	Realizada



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Qualidade de vida	Dicas no Portal do Servidor	DGP	Disponibilizar dicas de português, avaliação, gestão, entre outras, no Portal do Servidor, com periodicidade mínima mensal, com no mínimo 1000 acessos a cada uma das postagens.	Realizada
Qualidade de vida	Entrevistas de Lotação e relocação dos servidores do TJ	DGP	Realizar entrevistas com todos os convocados em concurso referentes à Secretaria do Tribunal de Justiça e com os servidores que solicitem relocação.	Realizada
Qualidade de vida	Grupos vivenciais	DGP	Realizar quatro grupos vivenciais (intervenção psicossocial organizacional) com servidores. Indicador em número de servidores atendidos.	Realizada
Qualidade de vida	Programa bem-estar no trabalho	DGP	Realizar 2 eventos para 30 servidores cada.	Realizada
Qualidade de vida	Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais	DGP	Realizar três grupos no ano de com participação total de 36 servidores.	Parcialmente realizada
Qualidade de vida	Programa de preparação para aposentadoria	DGP	Realizar 2 eventos para 30 servidores cada.	Realizada
Qualidade de vida	Programa Integra	DGP	Identificar necessidades de 100% dos servidores e estagiários com deficiência e oferecer condições adequadas de trabalho.	Parcialmente realizada
Qualidade de vida	Programa Olhares	DGP	Realizar uma edição do programa no ano.	Realizada



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Qualidade de vida	Teletrabalho	DGP	Possibilitar a participação de 300 servidores no programa.	Realizada
Capacitação	Elaboração de proposta de projeto pedagógico de capacitação para o Plano de Logística Sustentável	SGS/ CGS/ AJ	Elaborar 100% da proposta	Parcialmente realizada.
Capacitação	Elaboração de proposta de projeto pedagógico de capacitação para as compras públicas sustentáveis	SGS/ CGS/ AJ	Elaborar 100% da proposta	Parcialmente realizada.
Contratações	Fomentar a realização de compras compartilhadas com outros Órgãos Públicos.	DMP E URs	Formalizar 10 Atas de Registro de Preços de itens estocáveis originadas de procedimentos licitatórios compartilhados em que o TJSC tenha participado como unidade gerenciadora ou participante.	Não realizada
Contratações	Estabelecer procedimentos que garantam a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte de maneira preferencial nos procedimentos de dispensa de licitação.	DMP E URs	Exigir justificativa em 100% das contratações diretas realizadas por meio de dispensa de licitação nos casos em que a preferência conferida às microempresas e empresas de pequeno porte não seja observada.	Realizada

Apresenta-se, a seguir, o relatório parcial de desempenho das ações de 2019 organizado a partir das categorias de indicadores: papel, copos descartáveis, água envasada em embalagem plástica, impressão, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reformas, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida e capacitação socioambiental.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4.1 PAPEL

Ação	Campanha para uso racional de impressoras e de papel
Meta	10 % de redução no consumo do papel para impressão.
Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material.
Responsabilidade	DTI/SGS/DMP
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Cumprida.

A Diretoria de Material e Patrimônio, durante todo período de 2019, realizou o acompanhamento mensal do consumo de papel A4, de modo que o total de resmas distribuídas no exercício 2019 (até o dia 14/11/2019) totalizou 45.530 resmas, representando média de 4121 resmas ao mês. O mesmo período de 2018 apresentou uma média mensal de 4.780 resmas e um total de 52.580 resma. Logo, observou-se uma redução de 14,3% até o dia 14/11/2019, atingindo a meta definida no PLS-PJSC 2019 de 10%.

A partir das políticas para redução de consumo de papel instauradas em 2019, 63 materiais que deixaram de ser distribuídos no período, em decorrência:

a) da revisão da necessidade pública anteriormente caracterizada e não mais atualmente; e, principalmente

b) da extinção da Gráfica do Poder Judiciário, quando houve a revisão das necessidades públicas pela Diretoria de Infraestrutura, anteriormente gestora dos serviços gráficos, ensejando a contratação de empresa especializada para a produção de material gráfico, passando-se a terceirizar a contratação do estritamente necessário, nos termos do Contrato n. 206/2018.

Estes os materiais atualmente não mais estocados e distribuídos, sendo que muitos deles nem sequer mais são adquiridos, gerando muito menos impacto ambiental, visto que envolviam a aquisição de papel e de insumos gráficos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Além, desta listagem acima, foi revista a adoção de procedimentos licitatórios quanto a 29 (vinte e nove) objetos estocáveis que individualmente não superavam o limite legal de R\$ 17.600,00 (limite previsto no art. 24, II da Lei n. 8.666/93 que autoriza a dispensa de licitação para contratações de bens de baixo valor) por objeto, com foco na transparência (realizados virtualmente), eficiência (poupando-se dos custos do processo licitatório) e no desenvolvimento social das micro e pequenas empresas (todos os itens abaixo passaram a ser de contratação exclusiva de micro e pequenas empresas, condição imposta pela Lei Complementar 123/2006 e exigência do Poder Judiciário prevista em todas as cotações eletrônicas realizadas pelo Sistema Comprasnet - Cotação Eletrônica - UASG 905045).

4.2 COPOS

Ação	Avaliar a viabilidade de retirada de suporte de copos plásticos localizados nos setores internos do PJSC
Meta	Realizar 100% do estudo
Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material
Responsabilidade	DIE/DMP
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 3, indicadores 3.1 a 3.6
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Cumprida.

O estudo realizado nas unidades do Poder Judiciário catarinense indicou que os suportes para copos localizados nos setores internos superavam o quantitativo distribuído nas áreas de uso comum.

Paralelamente ao estudo, neste ano, os copos plásticos de poliestireno com capacidade de 110 ml foram substituídos por copos de polipropileno de 180 ml, em todas as comarcas do Poder Judiciário catarinense. A substituição dos copos foi acompanhada da necessidade de substituição dos dispensers de copos.

Por isso, nessa oportunidade, foi encaminhado orientação às Comarcas enfatizando a importância de redução do uso de copo descartável, bem como da



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

disponibilização do material apenas para os usuários externos, incentivando à utilização de copos e canecas próprios e duráveis pelos servidores.

Quanto às ações para viabilizar a retirada de suporte de copos plásticos nos setores internos do Tribunal de Justiça e unidades administrativas, serão contempladas no Plano de Logística Sustentável de 2020.

Segue abaixo, transcrição da orientação encaminhada às Comarcas do Poder Judiciário catarinense:

A Diretoria de Infraestrutura e a Secretaria de Gestão Socioambiental informam que os copos plásticos de poliestireno com capacidade de 110 ml serão substituídos por copos de polipropileno de 180 ml. Os novos plásticos têm um ciclo de vida superior porque o polipropileno é bem aceito no mercado de reciclagem.

Para disponibilizar os copos de 180 ml, serão encaminhados às comarcas dispensers com o sistema poupa-copos, num primeiro momento em número suficiente para a substituição daqueles atualmente instalados nas áreas de uso coletivo. Solicitações de dispensers adicionais poderão ser feitas no futuro por meio do sistema de requisição de materiais.

Essas mudanças fazem parte de ações que o Poder Judiciário catarinense, por intermédio da Diretoria de Infraestrutura e da Secretaria de Gestão Socioambiental, tem promovido para reduzir o consumo de copos descartáveis sem prejudicar a prestação de serviços aos públicos interno e externo.

Portanto, com a visão de que o copo plástico descartável é voltado para os usuários visitantes ou em trânsito pela unidade judiciária, sugerimos que a Secretaria de Foro oriente o corpo de trabalho a utilizar recipientes próprios e duráveis, tais como copos de inox, cerâmica e vidro, de forma que seja desnecessária a instalação de dispensers de copos descartáveis nas áreas internas (mais restritas) do Poder Judiciário catarinense.

Por fim, destaca-se que o consumo de copo plástico descartável é um indicador acompanhado pelo Conselho Nacional de Justiça desde a inclusão de modelos de política socioambiental pela Resolução CNJ n. 201/2015. A partir de 2019, esse indicador passou a valer pontos para o Prêmio CNJ de Qualidade: 10 pontos para os órgãos que estejam dentro dos 25% que menos consomem papel, copos descartáveis e água envasada, e 7 pontos para os que estão entre os 50%.

Para se ter uma ideia do uso desse tipo de material, o Tribunal de Justiça e as unidades judiciárias consumiram 43 milhões de unidades de copos plásticos descartáveis em 2018. Com a mudança de hábito de todos, esse número poderá ser reduzido.

4.3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Não houve ações listadas para este indicador em 2019.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4.4 IMPRESSÃO

Ação	Redução da quantidade de impressoras em operação no PJSC
Meta	Reduzir em 10% a quantidade de impressoras distribuídas em todas as unidades do PJSC
Objetivo	Melhorar o índice de utilização das impressoras disponíveis nas unidades administrativas e judiciais do PJSC
Responsabilidade	DTI
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6
Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Parcialmente cumprida

Foi alcançada uma redução de 5% na quantidade de impressoras em operação no PJSC: Quantidade de impressoras instaladas no final de 2018: 1820 unidades. Quantidade de impressoras instaladas no final de 2019: 1730 unidades. Além disso, ressalta-se que o consumo de tonner apresentou redução de 22%: 3.134 até 18/11//2019, contra 4.022 unidades em 2018.

4.5 TELEFONIA

Ação	Redução da quantidade de centrais telefônicas
Meta	Reduzir em 90% o número de centrais telefônicas no estado de Santa Catarina
Objetivo	Reduzir a necessidade de manutenção nas centrais telefônicas pelas equipes do TJSC e das operadoras de telefonia, além de reduzir o custo mensal para o PJSC
Responsabilidade	DTI
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 6, indicadores 6.1 a 6.6
Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Parcialmente cumprida.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

De 105 centrais, reduziu-se para 31, o que representa uma redução de aproximadamente 70%.

Houve a inclusão posterior das ações abaixo nesta categoria:

Ação	Implantar as Centrais Telefônicas VoIP exclusivamente nas 12 comarcas associadas às áreas conurbadas
Meta	100% das unidades implantadas
Objetivo	Redução da infraestrutura e do número de equipamentos e linhas contratadas com as operadoras de telefonia. Consequente redução do consumo de energia elétrica, menor utilização de espaço físico e dos gastos com refrigeração do local de instalação do servidor
Responsabilidade	DTI
Indicadores	Grupo 6, indicadores 6.1 a 6.6
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	Uso eficiente da telefonia Voip com foco na redução de custos e de consumo de energia

Parcialmente cumprida.

80% implantado. 10 regiões já utilizam as centrais telefônicas concentradas da área conurbada e cumprida.

Ação	Celulares para intimação ou utilização no plantão
Meta	75% de utilização
Objetivo	Utilização do uso do plano de dados em substituição a voz ou deslocamento.
Responsabilidade	DTI
Indicadores	Grupo 6, indicadores 6.1 a 6.6
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	Deslocamento de pessoal para intimação, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes

Parcialmente cumprida.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

60% implantado. Atualmente todos os plantões judiciais utilizam a solução de telefonia móvel, viabilizando a comunicação entre os plantonistas e a delegacia ou cidadãos. No tocante às intimações por meio de WhatsApp, 10% dos Juizados Especiais Criminais do Estado já utilizam esta prática.

4.6 ENERGIA ELÉTRICA

Ação	Substituição de ar condicionado do tipo janelheiro por split nos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas
Meta	Substituir 40% dos condicionadores de ar do tipo janelheiro por aparelhos do tipo split nas salas das assessorias de magistrados dos fóruns com até 5 varas, em conformidade com as diretrizes previamente definidas pela DEA e ratificadas pelo CGENG.
Objetivo	Reduzir o consumo de energia elétrica no PJSC no que se refere aos sistemas de climatização, com aumento gradual do uso de split.
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 7, indicadores 7.1 a 7.5
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	II - energia elétrica
Apuração (do indicador)	Semestral

Cumprida

Tendo em vista que em 2018 100% dos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas receberam instalação de equipamentos do tipo Split, a meta prevista para 2019 foi priorizar os ambientes de assessoria dos gabinetes de magistrados de fóruns com até 5 varas, tendo sido elaborado um cronograma para substituição em 40% deles.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Efetuada o mapeamento, verificou-se a necessidade da troca de 212 equipamentos janeleiros em diversos fóruns de até 5 varas. Assim sendo, para o atingimento da meta estabelecida em 2019, apurou-se que 85 equipamentos necessitam ser instalados, o que corresponde a 40% da demanda levantada.

Importante destacar que, além desses casos, também são deferidos os pedidos de instalação de Split para ambientes de salas de audiências, CPD e situações críticas (como salas enclausuradas). Igual tratamento é dado também no caso de reformas e novas construções, onde são substituídos todos os equipamentos ou novos são instalados.

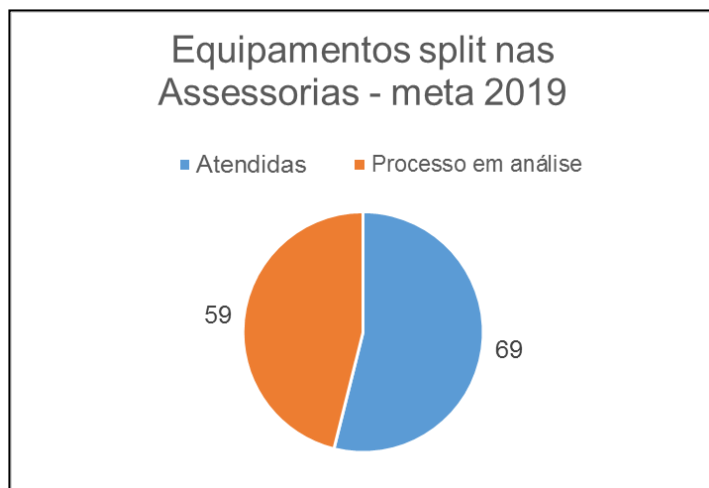
Assim sendo, os resultados obtidos até novembro de 2019 foram:

Meta – 2019	85 unidades	
Instalados	69 unidades	Situação em que já foram realizadas as substituições dos equipamentos para o tipo Split nas assessorias dos magistrados dos fóruns de até 5 varas
Em análise	59 unidades	Procedimentos já iniciados na Diretoria - DEA para verificação das intervenções necessárias, incluindo projetos de climatização e análises quanto à potência e localização da evaporadora e condensadora em relação as interferências no projeto arquitetônico e fachadas; emissão de Ordem de Serviço – OS e execução;
Em planejamento	84 unidades	Procedimentos a serem iniciados conforme cronograma da Divisão de Manutenção Predial.

Destaca-se que as instalações ocorreram conforme o cronograma estabelecido e a expectativa é de que seja atingida a meta prevista para instalação dos 85 equipamentos até o final de 2019, esperando-se que todas as salas de assessoria de fóruns com até 5 varas estejam climatizadas com equipamentos Split até o final de 2020, totalizando 212 equipamentos instalados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



Fonte: DMCO – Relatório geral - Nov/2019

Ação	Avaliação pós-ocupação da cobertura verde
Meta	Elaborar 100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Canoinhas.
Objetivo	Apurar as vantagens e desvantagens da cobertura verde nos fóruns de Gaspar, Navegantes e Canoinhas, concluindo pela manutenção, modificação ou eliminação dessa diretriz nos novos projetos.
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 7, indicadores 7.1 a 7.5
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	II - energia elétrica
Apuração (do indicador)	Semestral

Cumprida.

Verificamos que a cobertura vegetal dos fóruns das comarcas de Gaspar e Canoinhas estão apresentando resultados bem satisfatórios e dentro das expectativas e do propósito do sistema construtivo que, além de agregar valor estético, tais



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

telhados contribuem para melhorar a qualidade do ar, diminuindo a poluição, e minimizam o efeito das ilhas de calor nos centros urbanos.

Observamos ainda que a cobertura verde melhora, principalmente, o desempenho da manta de impermeabilização, tendo em vista que não há contato direto dos raios solares com a laje impermeabilizada.

Em Canoinhas foi utilizado o sistema Alveolar Leve – Vivo Flat 17L, da marca Studio Cidade Jardim, sobre a laje impermeabilizada. Vários tipos de vegetação, como gramíneas e arbustos de baixo porte, foram plantados na cobertura.

Durante o ano de 2019 foram realizados os seguintes serviços na cobertura verde de Canoinhas, conforme acompanhamento da Secretaria do Foro:

- Período de rega: na época de estiagem, 1 vez por semana; quando época de chuva, a rega não efetuada;
- Produtos utilizados: adubo orgânico pela empresa contratada por RC (T & M Comércio e Serviços de Jardinagem Ltda.), uma vez ao mês;
- Podas em 2019: retiradas de ervas daninhas pela empresa contratada por Requisição de Compras, uma vez por mês, desde fevereiro;
- Necessidade de substituição ou complementação de vegetação: tendo em vista que as plantas, principalmente a vegetação gramínea, serem sensíveis às mudanças de temperatura da região (próximo de 0°C no inverno e 40°C no verão). No entanto não houve a efetiva substituição da vegetação, pois foram realizados os cuidados necessários pela empresa de jardinagem contratada para recuperação gradativa da cobertura vegetal.
- Existência de pedido para contratação de jardineiro terceirizado (SEI n. 0010428-41.2019.8.24.0710). Atualmente o zelador predial auxilia na manutenção acumulando suas atribuições.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**



Foto: Cobertura verde - Canoinhas - SF Nov/2019

Em Gaspar foi utilizado o sistema Hidromodular da marca Ecotelhado, constituído por módulos pré-vegetados com substrato e apoiada sobre a laje impermeabilizada. A vegetação plantada foi do tipo Boldo Miúdo.

Os serviços realizados na cobertura verde, conforme acompanhamento da Secretaria do Foro de Gaspar foram:

- Período de rega: a cada 15 dias em locais cobertos. Nos demais, fica à serviço da chuva;
- Produtos utilizados: adubos e terra adubada (substrato sacaria);
- Podas em 2019: duas vezes;
- Necessidade de substituição ou complementação de vegetação: não houve necessidades de reposição da vegetação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**



Foto: Cobertura verde- Gaspar– SF Nov/2019

Desta experiência com cobertura verde nos prédios dos fóruns das comarcas de Gaspar e Canoinhas, pode-se extrair que o uso de gramíneas deve ser evitado, optando-se por vegetação mais resistente às diferenças climáticas da região, como por exemplo, o boldo miúdo, que requer baixa manutenção e possui grande poder de resistência.

Observamos ainda que nas áreas sombreadas da cobertura (beirais do prédio) a vegetação também não resistiu, assim recomenda-se a utilização de materiais sólidos e resistentes, como por exemplo, os seixos naturais ou argila expandida.

Percebe-se, em geral, que a cobertura verde, além do conceito da construção sustentável, é uma proposta viável em prédios públicos e com custos baixíssimos, sem necessidade de grandes tecnologias para manutenção e conservação.

4.7 ÁGUA E ESGOTO

Ação	Ligação à rede pública de esgoto nos municípios que disponibilizam este serviço
-------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Meta	Executar os serviços de conexão à rede pública de tratamento de esgoto em no mínimo 2 prédios localizados em municípios que disponibilizam esse serviço.
Objetivo	Aprimorar o sistema de tratamento de efluentes dos fóruns
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 8, indicadores 8.1 a 8.4
Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	III - água e esgoto
Apuração (do indicador)	Anual

Cumprida.

No levantamento efetuado pela DEA foram consideradas as edificações em que as obras e adequações para ligações à rede de esgoto foram concluídas até novembro de 2019. Assim, foram realizadas as obras para conexão à rede pública em 04 edificações, ultrapassando a meta para 2019, que previa a realização de 02 novas obras.

Desta forma, para se ter uma visão geral, segue a relação das unidades que foram contempladas com obras para conexão à rede pública, bem como daquelas que estão em fase de licitação ou em desenvolvimento de projetos:

Comarca	Concessionária responsável	Status	SEI
Blumenau (Fórum Univ.)	Odebrecht Ambiental	Executado	12465/2015 Contrato 190/2018
Indaial	Casan	Executado	28336/2016 TRP 054/2019
Joinville Fazenda	Águas de Joinville	Executado	467/2015 Contrato 029/2019
Santo Amaro da Imperatriz	Casan	Executado	
Araranguá	Samae Araranguá	Obra iniciada	SEI 0073386-63.2019.8.24.0710

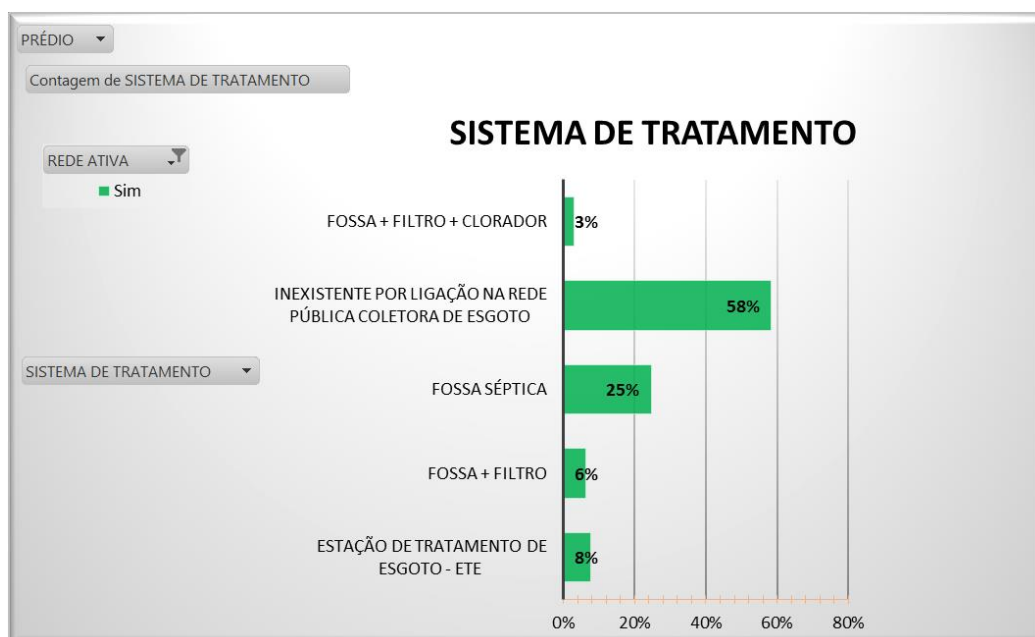


**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Lages	Semasa Lages	Em licitação da obra	SEI 0070121-53.2019.8.24.0710
Itapoá	Casan	Elaboração do projeto	Contrato 126/2018
Abelardo Luz	Casan	Elaboração do projeto	43228/2018
Tubarão	Tubarão Saneamento	Iniciar projeto	SEI 0073386-63.2019.8.24.0711

Importante ressaltar que, atualmente, dos 127 prédios do Poder Judiciário em Santa Catarina, 65 unidades (51%) possuem condições de acessar as estruturas da rede pública ativa coletora de esgoto, pois tais estruturas já possuem ramal coletor preparado para receber a ligação da tubulação de cada prédio.

Dessas 65 unidades, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura já providenciou a ligação à rede ativa em 38 prédios (58%), restando 27 unidades a serem conectadas, conforme podem ser visualizados no gráfico a seguir:





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Fonte: DPRO/SE – Relatório 2019 Tratamento Eflu – v02 - Nov/2019

Cabe reforçar que um número considerável de municípios ainda não dispõe de rede pública de tratamento de esgoto, sendo que dos 127 prédios que constituem o Poder Judiciário em SC, 62 situam-se nesses municípios, podendo-se concluir que 49% das unidades judiciárias em SC utilizam outras formas de tratamento de esgoto que não a rede pública, quais sejam: Estação de Tratamento de Efluentes - ETE próprias, fossas sépticas e fossas com filtro. Neste sentido, tendo em vista a ausência de planejamento e informações das administrações municipais quanto à implantação de redes públicas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, a DEA encontra dificuldades para elaborar um planejamento organizado para esta demanda.

Ressalta-se que os projetos de ligação à rede de esgoto são atendidos por meio de comunicação ou notificação à concessionária de água ou quando da elaboração de projetos para reformas ou construções previstas na Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

4.8 GESTÃO DE RESÍDUOS

Ação	Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis
Meta	100% de celebração de convênios para atendimento das demandas em unidades do TJSC e onde houver entidades ambientalmente licenciadas.
Objetivo	Destinação formal dos resíduos recicláveis à coleta seletiva solidária sem ônus direto para o erário.
Responsabilidade	SGS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9, indicadores 9.1 a 9.12
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos VII - contratações sustentáveis



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Parcialmente cumprida.

Foram realizados 5 de 7 convênios possíveis com as entidades licenciadas nas regiões atingidas pelo edital. Entretanto, duas entidades não manifestaram interesse em assinar o convênio.

Ação	Adoção de novo modelo de separação e armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva
Meta	100% das unidades administrativas do TJSC e 10% dos fóruns.
Objetivo	Otimização da separação dos resíduos recicláveis, para a operação da coleta seletiva nos ambientes mediante a adoção de coletores de uso coletivo em substituição aos individuais, com redução de custos operacionais e melhoria na qualidade da separação.
Responsabilidade	SGS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9, indicadores 9.1 a 9.12
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos

Parcialmente cumprida.

O modelo está em andamento nas unidades administrativas e há uma perspectiva de implantação total do modelo em 2020. A Secretaria de Gestão Socioambiental enviou os materiais necessários e o modelo de padronização para 100% das comarcas. Entretanto, a adoção do padrão é prerrogativa da Secretaria de Foro e não existe um índice atualizado sobre a aplicação do modelo.

Ação	Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações de elaboração de projetos e orçamentação de obras de construção e reforma (DEA).
Meta	100% de avaliação da apresentação de estudo da destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil – RCC nas contratações realizadas em 2019.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Objetivo	Incluir a exigência de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em todas as contratações de elaboração de projetos do tipo "pacote fechado" a serem encaminhadas para licitação em 2018.
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9, indicadores 9.1 a 9.12
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos VII - contratações sustentáveis

Não cumprida.

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA incluiu em todas as novas contratações efetuada no ano de 2018 a exigência para apresentação de plano de gerenciamento (PGRCC) quanto à destinação adequada dos resíduos de construção civil – RCC, conforme a IN nº 01/2010 da SLTI/MPOG e nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por meio da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002.

Os projetos executivos que foram incluídos para apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil -PGRCC são os dos fóruns das seguintes comarcas:

- Construção de novos prédios nas comarcas de Curitibaanos, Rio Negrinho, Araquari, Campos Novos, São Lourenço d'Oeste, Rio d'Oeste e Garuva;
- Reforma nos prédios de Itapoá e Balneário Camboriú (Fórum de Família);
- Reforma, com ampliação, nos prédios de Santa Rosa do Sul e Taió.

Considerando que todos os novos prédios dos fóruns ainda estão em fase de desenvolvimento de projetos arquitetônicos e complementares na DEA, restou prejudicada a análise e avaliação dos contratos com relação às exigências para destinação ambiental dos resíduos gerados durante à obra.

Cabe informar, ainda, que o início das obras das edificações citadas deve ocorrer no primeiro semestre de 2021, após os trâmites licitatórios obrigatórios.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4.9 REFORMAS

Ação	Instalação/ampliação de bicicletários
Meta	Aumentar em 15% a quantidade de novos bicicletários a serem instalados nos prédios, que corresponderá a 80 prédios com este equipamento instalado.
Objetivo	Aumentar o número de bicicletários conforme a necessidade das comarcas e prédios.
Responsabilidade	DEA
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 10, indicadores 10.1 a 10.3
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VIII – deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes

Parcialmente cumprida.

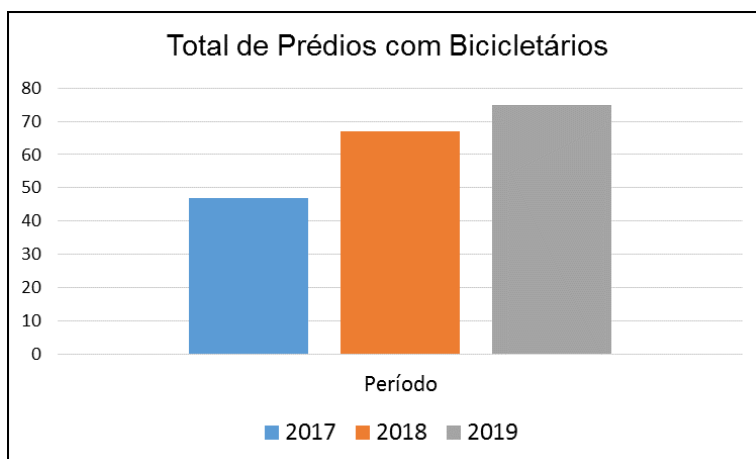
A destinação de espaço para bicicletário abrange todos os prédios do Poder Judiciário/SC e está disponível por meio dos contratos de manutenção predial, gerenciados pela Divisão de Manutenção Predial, desde junho/2017.

Cabe salientar que quando se inicia uma reforma global e/ou construção de nova edificação, o bicicletário já é automaticamente previsto no projeto e executado durante as obras.

Em 2017 possuíamos 47 prédios com bicicletários, sendo que no ano de 2018 este número foi incrementado para 67 e, até novembro de 2019, serão 75 equipamentos instalados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



Fonte: DPRO/SA – Relatório geral - Nov/2019

Em 2019 foram instalados apenas 08 novos bicicletários, representando a execução de 80% da meta prevista. Cabe reforçar que, apesar dos contatos da DPRO para incentivar a instalação de bicicletários, existem ainda 24 comarcas que não iniciaram a abertura de processo para instalação desses equipamentos em suas unidades. Talvez seja um reflexo da falta de infraestrutura urbana por parte dos órgãos municipais, principalmente na construção de ciclovias nas cidades e arredores, ou da localização dos prédios em áreas com aclives acentuados, desestimulando o uso da bicicleta no deslocamento ao trabalho, dentre outros fatores.

Destaca-se ainda que no início de 2019 verificamos o incremento nos modais de transportes no município de Florianópolis com a oferta de patinetes elétricos e bicicletas compartilhados que, com certeza, está alterando o conceito de uso de novos modais, o que impactará, no futuro, a necessidade de estrutura de bicicletários nos fóruns e prédios administrativos.

4.10 LIMPEZA

Ação	Realizar estudo para avaliar a possibilidade de adquirir produtos biodegradáveis
Meta	Realizar 100% do estudo
Objetivo	Diminuir o impacto ambiental no consumo dos materiais e serviços relacionados aos procedimentos de limpeza do PJSC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade	DIE - DMP
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 11, indicadores 11.1 a 11.6
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Não cumprida.

A Divisão de Serviços Gerais/DIE, setor responsável pela gestão dos serviços de limpeza no prédio sede do Tribunal de Justiça e Unidade Presidente Coutinho está elaborando estudos para avaliar a possibilidade de contratação de empresa de prestação de serviços de limpeza com fornecimento de material. Atualmente, o setor é responsável pelo acompanhamento dos serviços de colaboradores terceirizados, bem como pela gestão de materiais de limpeza. Essa última atividade compreende pedido, recebimento, controle de estoque, diluição de produtos concentrados e distribuição às auxiliares de serviços gerais, tais procedimentos demandam tempo e recursos humanos. Por este motivo, o setor está propondo revisão na forma de contratação dos serviços.

4.11 VIGILÂNCIA

Não houve ações listadas para este marcador em 2019.

4.12 VEÍCULOS

Ação	Realizar estudo para avaliar o potencial impacto da adoção de videoconferência em reuniões administrativas na quantidade de deslocamentos entre unidades do Tribunal de Justiça.
Meta	Realizar 100% do estudo
Objetivo	Redução da quantidade de deslocamentos com veículos entre as unidades do Tribunal de Justiça.
Responsabilidade	DTI/DIE
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 13, indicadores 13.1 a 13.17
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

VIII - deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Cumprida.

100% das unidades com o sistema implantado. Todas as unidades judiciais já possuem salas próprias, equipamentos e usuários capacitados para a realização de videoconferências. Algumas reuniões administrativas já estão ocorrendo por videoconferência: como exemplo podemos citar as reuniões semanais da DGA com os diretores da área administrativa.

4.13 COMBUSTÍVEL

Ação	Realizar estudo para avaliar o custo benefício em utilizar etanol ou gasolina no abastecimento dos veículos da frota oficial
Meta	Realizar 100% do estudo
Objetivo	Traçar comparativo entre os aspectos econômico, financeiro e socioambiental na utilização de cada combustível.
Responsabilidade	DIE
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 14, indicadores 14.1 a 14.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; VIII - deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Não cumprida.

Segundo informações técnicas, o fator econômico inviabiliza a escolha do álcool. Para o álcool ser mais vantajoso do que a gasolina, o preço do litro tem que custar até 70% do litro da gasolina.

4.14 QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida no ambiente de trabalho compreende a valorização do capital humano por meio da promoção de ações que estimulem o desenvolvimento



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

pessoal e profissional. O motivo é que trabalhadores satisfeitos e felizes produzem mais e são mais saudáveis, reduzindo o absenteísmo.

A partir deste entendimento, houve um incremento nas ações de qualidade de vida em 2019. A Diretoria de Gestão de Pessoas realizou 18 ações de qualidade de vida no trabalho, 13,33% a mais do que em 2018, em que foram executadas 15 ações.

A DGP contabilizou, por exemplo, que as ações impactaram 114.346 vezes os colaboradores do PJSC em 2019, um número alto se comparado à incidência de 37.746 no ano de 2018 . Este número decorre do alto índice de acessos às Dicas disponibilizadas no Portal do Servidor, cujo indicador é medido pela soma do número de acessos individualizados a cada dica postada (é computado apenas um acesso de cada colaborador por dica).

Outra novidade é que em 2019 teve início o Programa Integra com a finalidade de melhorar as condições de acessibilidade, inclusão e integração de colaboradores com deficiência no Poder Judiciário Catarinense, a fim de oferecer a esse público condições adequadas para poderem exercer suas atividades laborais.

Neste ano, o programa teve foco no acolhimento e atendimento das necessidades de novos servidores e estagiários, assim como em ações para sua estruturação (formação da equipe, meios de contato, página no portal o TJSC, entre outras). Nos anos seguintes apresentará propostas para novas ações de inclusão.

Ação	Cartões Virtuais - Datas marcantes
Meta	Enviar as mensagens a todos servidores, magistrados e estagiários em datas especiais individualizadas. Indicador em número de cartões enviados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Objetivo	Reconhecer e valorizar os servidores por meio do envio de cartões individualizados em momentos marcantes da vida destes.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Por problemas técnicos na rotina de envios, houve período do ano de 2019 no qual os cartões deixaram de ser enviados. Notada a falha no envio dos cartões, a DTI foi demandada e a atividade foi regularizada. Em 27-6-2018 foram retomadas as atividades. Total de cartões enviados em 2019 (até 31-10-2019): 213.

Ação	Diagnósticos Psicossociais
Meta	Realizar diagnóstico nas unidades jurisdicionais em atendimento a demandas da Presidência, CGJ, DGA, ou resultantes do acompanhamento do desempenho de servidores, visando eventual intervenção da DGP. Meta: Indicador em número de servidores entrevistados nos diagnósticos das unidades atendidas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Objetivo	Acompanhar e desenvolver os servidores.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida: todas solicitações atendidas.

Total de servidores entrevistados em diagnósticos até 31-10-2019: 39

Ação	Programa Rodízio de funções
Meta	Realizar uma edição do programa. Indicador em número de participantes.
Objetivo	Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça / comarca.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida. Uma edição do programa realizada em 2019.

Participação de 16 servidores, com 32 gestores envolvidos.

Ação	Homenagem aos servidores aposentados.
Meta	Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano. Indicador em número de servidores homenageados.
Objetivo	Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Cumprida.

Todos servidores aposentados em 2019 atendidos.

Foram confeccionados e encaminhados 160 cartões de homenagem até 31-10-2019.

Ação	Programa de melhoria do clima organizacional.
Meta	Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 3 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias) no ano. Indicador em número de colaboradores das unidades que receberam o programa.
Objetivo	Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Salienta-se que o programa é aplicado sob demanda identificada e não houve a necessidade de realização de 3 ações no ano de 2019.

Programa iniciado em uma comarca em 2018, concluído no ano de 2019, atendendo 57 colaboradores.

Ação	Recadastramento de Aposentados
Meta	Recadastrar todos aposentados que solicitarem o atendimento no ano. Indicador em número de servidores aposentados atendidos.
Objetivo	Auxiliar a servidor aposentado incapacitado a realizar o recadastramento anual obrigatório, contribuindo para o seu bem-estar.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Todas as solicitações atendidas. Realizado 1 atendimento até 31-10-2019.

Ação	Atendimento Psicossocial
-------------	---------------------------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Meta	Atender todos os servidores que solicitarem apoio psicossocial. Indicador em número de servidores atendidos.
Objetivo	Dar suporte psicossocial a servidores que buscam auxílio para dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Todos servidores que solicitaram atendimento foram atendidos. Realizados 18 atendimentos até 31-10-2019.

Além das ações listadas no PLS 2019, a DGP realizou outras dez ações, aprovadas pela Administração:

Ação	Acompanhamento do desempenho
Meta	Realizar acompanhamento do desempenho de todos os servidores que apresentarem algum quesito insuficiente na Avaliação de Desempenho nos períodos 2018.2 e



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	2019.1. Indicador em número de servidores acompanhados.
Objetivo	Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Em 2019, até o dia 31-10-2019, foi realizado o acompanhamento do desempenho de 184 servidores que apresentaram nota insuficiente em pelo menos 1 quesito da Avaliação de Desempenho dos semestres 2018.2 e 2019.1.

Ação	Dicas no Portal do Servidor
Meta	Disponibilizar dicas de português, avaliação, gestão, entre outras, no Portal do Servidor, com periodicidade mínima mensal,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	com no mínimo 1000 acessos a cada uma das postagens. Indicador: total de acessos individualizados às páginas das dicas postadas no Portal do TJSC.
Objetivo	Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

As informações foram disponibilizadas no perfil “Servidor” do portal eletrônico do PJSC em todos os meses de 2019 (até 31-10-2019). Postadas Dicas de Português, Saúde, Avaliação e Gestão.

Total de acessos individualizados às páginas das dicas postadas no Portal do TJSC até 31-10-2019: 112.890.

Ação	Entrevistas de Lotação e relotação dos servidores do TJ
-------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Meta	Realizar entrevistas com todos os convocados em concurso referentes à Secretaria do Tribunal de Justiça e com os servidores que solicitem relotação. Indicador em número de servidores.
Objetivo	Adequar a lotação do servidor ao seu perfil.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Foram realizadas entrevistas com todos os servidores que se inscreveram no Banco de Relotação em 2019. As nomeações de servidores para a Secretaria do Tribunal de Justiça não demandaram entrevistas de lotação visto que as vagas em aberto foram providas por ordem de prioridade. Total de atendimentos até 31-10-2019: 8.

Ação	Grupos vivenciais
Meta	Realizar quatro grupos vivenciais (intervenção psicossocial organizacional) com servidores. Indicador em número de servidores atendidos. Meta: 72 servidores atendidos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Objetivo	Contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

No ano de 2019 foram realizados ou estão previstos 8 grupos vivenciais “Cuidar de Si” e 1 “Conexão de Gestores”, totalizando 9 ações. Ao total, serão atendidos 162 servidores até o final de 2019.

Ação	Programa bem-estar no trabalho
Meta	Realizar 2 eventos para 30 servidores cada. Indicador em número de servidores participantes. Meta: 60.
Objetivo	Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Realizados 2 eventos para 30 participantes cada. Servidores atendidos: 60.

Ação	Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais
Meta	Realizar três grupos no ano de com participação total de 36 servidores. Indicador em número de servidores.
Objetivo	Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.
--	--

Parcialmente cumprida.

Salienta-se que o programa é aplicado sob demanda identificada e não houve a necessidade de realização de 3 grupos no ano de 2019. Foram realizados 2 trabalhos em grupo no ano de 2019. Total servidores atendidos: 16.

Ação	Programa de preparação para aposentadoria
Meta	Realizar 2 eventos para 30 servidores cada. Indicador em número de servidores participantes. Meta: 60.
Objetivo	Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Realizados 2 eventos em 2019 com a participação de 30 servidores em cada.
Servidores atendidos: 60.

Ação	Programa Integra
Meta	Identificar necessidades de 100% dos servidores e estagiários com deficiência e oferecer condições adequadas de trabalho.
Objetivo	Melhorar as condições de acessibilidade, inclusão e integração de colaboradores com deficiência no Poder Judiciário Catarinense, a fim de oferecer a esse público condições adequadas para poderem exercer suas atividades laborais.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Saúde, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Engenharia e Arquitetura, Diretoria de Infraestrutura, Diretoria de Documentações e Informações, Academia Judicial.
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Programa iniciado em julho de 2019. Colaboradores atendidos até 31-10-2019: 8.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Ação	Programa "Olhares"
Meta	Realizar uma edição do programa no ano. Indicador em número de participantes do programa.
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Realizada uma edição em 2019 com a participação de 71 colaboradores que apresentaram um total de 153 trabalhos, entre fotografias e mensagens.

Ação	Teletrabalho
Meta	Possibilitar a participação de 300 servidores no programa.
Objetivo	Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

383 servidores estão em Teletrabalho em 31-10-2019.

Ação	Fomentar e participar de curso sobre intervenção em situações de urgências psicológicas
Meta	Capacitar no mínimo 70% dos servidores da DS envolvidos no atendimento de situações de crise
Objetivo	Capacitar os servidores envolvidos com demandas emergenciais e formular um protocolo de atendimento dos casos
Responsabilidade	Diretoria de Saúde - DAS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Cumprida.

O curso foi realizado nos dias 10, 11, 24 e 25/09/2019.

Ação	Humanizar a comunicação de aposentadorias por invalidez
Meta	Atender 100% dos casos encaminhados pela Junta Médica



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Objetivo	Comunicar aos servidores encaminhados pela Junta Médica que estes serão aposentados por invalidez
Responsabilidade	Diretoria de Saúde - DAS
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Cumprida.

O evento teve início em agosto de 2019.

Ação	Atuar no processo de verificação dos riscos psicossociais/cognitivos
Meta	Preencher 100% dos quesitos estabelecidos pelo e-social e avaliar 100% do público obrigado ao e-Social
Objetivo	Avaliar riscos psicossociais e cognitivos dos postos de trabalho, conforme estabelecido no e-social
Responsabilidade	Diretoria de Saúde - DAS
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Não cumprida.

Está sendo elaborado estudo preliminar do projeto. Para verificar os riscos psicossociais e cognitivos é necessário desenvolver e validar um instrumento de pesquisa, sob a orientação e supervisão de profissional competente, especializado na área. Há perspectiva de cumprimento desta ação, tão logo seja aprovada a contratação do professor.

Ação	Instituir a Semana da Saúde (08 a 12/04/2019)
Meta	Alcançar a participação de 20% dos colaboradores do PJSC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Objetivo	Melhorar por meio desta ferramenta, a disposição, a partir da informação, conscientização e educação dos colaboradores. Proporcionar o bem-estar no trabalho, pois é um investimento que traz retornos positivos a todos
Responsabilidade	Diretoria de Saúde - DAS
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Cumprida.

No decorrer da “Semana da Saúde” foi realizado, em parceria do SC Saúde, Workshop em 32 comarcas, abrangendo 638 colaboradores. Na Unidade Presidente Coutinho e na Torre I do TJSC houve orientação de como organizar o posto de trabalho. Para encerrar a Semana da Saúde, no dia 12/04/19 foi realizada palestra no Auditório Pleno com transmissão ao vivo para todo o estado.

Ação	Adquirir, orientar e distribuir os acessórios ergonômicos
Meta	Atender 100% da demanda
Objetivo	Garantir e proteger os trabalhadores, prevenir o surgimento de DORT/LER, elevando a saúde e segurança do trabalhador, bem como minimizar a exposição aos riscos ergonômicos
Responsabilidade	Diretoria de Saúde - DPAS
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Parcialmente cumprida.

Foram solicitados 3.468 acessórios ergonômicos e distribuídos 3.448, ou seja, 99,42% da meta foi atingida.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Ação	Adquirir, controlar, orientar e distribuir o Equipamento de Proteção Individual-EPI
Meta	Atender 100% dos colaboradores expostos a riscos ocupacionais indicados no PPRA
Objetivo	Assegurar e proteger os trabalhadores, bem como minimizar a exposição a riscos ocupacionais
Responsabilidade	Diretoria de Saúde - DPAS
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Cumprida.

Em 2019 foram distribuídos 2.397 EPI's, atendendo 100% da meta.

Ação	Realizar a Análise Ergonômica do Trabalho nos postos de trabalho indicados pela Junta Médica
Meta	Realizar AET em 100% da demanda enviada pela Junta Médica
Objetivo	Realizar análise ergonômica do posto de trabalho indicado pela Junta Médica Oficial, e implementar as recomendações ergonômicas identificadas
Responsabilidade	Diretoria de Saúde - DPAS
Indicadores (Glosário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Parcialmente cumprida.

Foram realizadas 30 Análise Ergonômica do Trabalho de um total de 43 indicações da Junta Médica Oficial, representando um atendimento de 69,7% da demanda.

Ação	Avaliar o questionário osteomuscular dos teletrabalhadores
-------------	---



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Meta	Avaliar 100% dos questionários recebidos na Seção de Ergonomia via SPA.
Objetivo	Diagnosticar efeitos positivos e negativos sobre a saúde do teletrabalhador
Responsabilidade	Diretoria de Saúde - DPAS
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Cumprida.

Em 2019 foram avaliados 396 questionários de sintomas osteomusculares, o equivalente a 100% da demanda.

Ação	Estudo para instituição de procedimento em casos de acidente do Trabalho
Meta	Realizar 100% do estudo
Objetivo	Elaborar fluxograma relativo aos casos de acidentes de trabalho ocorridos com os colaboradores do PJSC
Responsabilidade	Diretoria de Saúde
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Parcialmente cumprida.

A Diretoria de Saúde incluiu no PLS uma ação, a pedido da Presidência:

Ação	1º Passeio Ciclístico do PJSC
Meta	Alcançar a participação de no mínimo 50 colaboradores do TJSC
Objetivo	Incentivar o uso de transporte ecologicamente sustentável nos deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa, bem



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	como outras ações para a melhoria da saúde e da qualidade de vida
Responsabilidade	Diretoria de Saúde
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Cumprida.

4.15 CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Ação	Elaboração de proposta de projeto pedagógico de capacitação para o Plano de Logística Sustentável
Meta	Elaborar 100% da proposta
Objetivo	Elaborar projeto pedagógico para a capacitação das áreas diretamente envolvidas quanto aos fundamentos, objetivos, metodologia, e composição, elaboração dos inventários, planos de ações, metas, relatórios.
Responsabilidade	SGS/CGS/AJ
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Parcialmente cumprida.

A ação foi contemplada indiretamente por meio da realização do Curso de Nivelamento de Servidores, elaborado pelo CNJ e aplicado pela Academia Judicial. O curso possui um módulo dedicado ao Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário, com os seguintes conteúdos:

Responsabilidade do Poder Público
Resolução CNJ n.201/2015
Comissões Gestoras
Unidades Socioambientais
Planos de Logística Sustentável
Sistema PLS-Jud

A Diretoria-Geral Administrativa incentivou os servidores da área à participação no curso.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Não obstante, por se tratar de um curso genérico e meramente introdutório, a Secretaria de Gestão Socioambiental verificou que permanece a necessidade de elaboração de um projeto específico para o Plano de Logística Sustentável deste órgão. Entretanto, concluiu-se que o momento não é oportuno para a deflagração de curso, eis que o Conselho Nacional de Justiça demonstrou a intenção de estabelecer uma metodologia definitiva para a padronização dos planos de logística dos órgãos do judiciário.

Ação	Elaboração de proposta de projeto pedagógico de capacitação para as compras públicas sustentáveis
Meta	Elaborar 100% da proposta
Objetivo	Elaborar projeto pedagógico para a capacitação das áreas diretamente envolvidas com a elaboração de projetos básicos para elaboração de especificações e inserção de critérios técnicos de sustentabilidade;
Responsabilidade	SGS/CGS/AJ
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Parcialmente cumprida.

Em relação à capacitação dos servidores quanto às contratações sustentáveis, foi elaborado um esboço da proposta pedagógica e ficou pendente o encaminhamento à Academia Judicial.

Curso Contratações Sustentáveis

Objetivo: Capacitação das áreas diretamente envolvidas com a elaboração de projetos básicos para especificações técnicas com inserção de critérios técnicos de sustentabilidade;

Objetivos específicos:

Teoria (Dia 1)

Sustentabilidade: evolução do conceito

Órgão Público como stakeholder para os ODS (verificar % compras públicas PIB Brasil)

Identificar os fundamentos para contratações sustentáveis (legal, doutrina)

Critérios de Sustentabilidade

Contratações Sustentáveis na prática: cases exemplificativos

Prova de conceitos e Exercício de um caso ocorrido (ex.: papel ou Itaiópolis)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Prática (Dia 2)

Princípio da Hierarquia (para evitar compras) ex.: papel, copos plásticos

Ciclo de Vida do Produto (para compras) – conceito-chave

Princípio do Não-Retrocesso (Case engenharia – método check list)

Dificuldades: de Mercado (exceções à regra) ex.: compostagem / de execução (parede verde) – exige / de eficácia e eficiência (ex.: secador de mãos) – exige fase teste

Exercício para aplicação futura em contratação para objeto ou serviço de competência de suas Diretorias (com consulta antecipada à Diretoria)

Metodologia:

Aula expositiva com data show e exercícios.

Caso Papel: em grupo, passar as informações sobre papel reciclável e de cana-de-açúcar e pedir um relatório oral.

Caso Itaiópolis: formas alternativas e mesmo resultado

Solicitar à DMP caso prático de melhoria que possa ser utilizado em futura contratação.

Resultados Esperados:

Sensibilização quanto à crise socioambiental

Capacitação para utilização do princípio da Hierarquia e do conceito de ciclo de vida do produto no item “critérios de sustentabilidade”.

4.16 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Ação	Fomentar a realização de compras compartilhadas com outros Órgãos Públicos
Meta	Formalizar 10 Atas de Registro de Preços de itens estocáveis originadas de procedimentos licitatórios compartilhados em que o TJSC tenha participado como unidade gerenciadora ou participante.
Objetivo	Incentivar e auxiliar no planejamento de compras compartilhadas, compreendidas as contratações realizadas para um grupo de participantes previamente estabelecidos, com o objetivo de gerar benefícios econômicos e socioambientais
Responsabilidade	DMP E URs
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	---
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15.

Parcialmente cumprida.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Foram implementadas de contato com outros órgãos da esfera estadual, a exemplo do Ministério Público de SC, Tribunal de Contas de SC, Assembleia Legislativa, Defensoria Pública de SC, visando à contratação compartilhada da aquisição (via registro de preços) de materiais de expediente estocáveis e de cursos in company. Infelizmente, não se obteve o avanço para o cumprimento da meta.

Isso porque cada órgão possui especificações próprias de seus produtos e a contratação compartilhada pressuporia a especificação conjunta, fixando prazos de vigência únicos que, por muitas vezes, não coincidem com a necessidade de cada órgão.

Tramita perante o Tribunal de Contas do Estado uma consulta (CON 17/00808114, de 2017 - disponível em: <http://servicos.tce.sc.gov.br/processo/index.php>) quanto a eventual revisão de posicionamento da jurisprudência da corte de contas quanto à vedação da adoção de carona em atas de registro de preços firmadas por outros órgãos estaduais, esta que é objeto do Prejulgado 1895:

Prejulgado:1895
Reformado

1. O Sistema de Registro de Preços, previsto no art. 15 da Lei (federal) n. 8.666/93, é uma ferramenta gerencial que permite ao Administrador Público adquirir de acordo com as necessidades do órgão ou da entidade licitante, mas os decretos e as resoluções regulamentadoras não podem dispor além da Lei das Licitações ou contrariar os princípios constitucionais.
2. Regra geral, o sistema de adesão ("carona") à ata de registro de preços, instituído pelo Decreto (federal) n. 3.931, de 2001, que regulamenta o art. 15 da Lei (federal) n. 8.666, de 1993, conflita com o princípio da legalidade, não devendo ser utilizado pelos jurisdicionados deste Tribunal com relação a outros órgãos de qualquer das esferas de Governo, nem permitir a utilização das suas atas por outros órgãos de qualquer esfera de Governo, ressalvado quando vinculado a Programa do Governo Federal, de abrangência nacional, de comprovado interesse público, nas áreas de assistência social, educação e saúde pública, a exemplo da Lei (federal) n. 10.191/2001 (aquisição de bens relativos às ações de saúde) e do Decreto (federal) n. 6.768/2009 (que dispõe sobre o Programa "Caminhos da Escola"), desde que o ato convocatório da licitação contenha expressa previsão sobre a hipótese de adesão à Ata de Registro de Preços.

Eventual revisão de posicionamento poderá ensejar, então, a cooperação, ainda que pós certame, entre os órgãos estaduais, haja vista a previsão do DECRETO ESTADUAL Nº 1.414, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017, este que autorizaria a



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

utilização da carona, desde que devidamente justificada a vantagem, mediante anuência da unidade gerenciadora.

Ação	Estabelecer procedimentos que garantam a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte de maneira preferencial nos procedimentos de dispensa de licitação.
Meta	Exigir justificativa em 100% das contratações diretas realizadas por meio de dispensa de licitação nos casos em que a preferência conferida às microempresas e empresas de pequeno porte não seja observada.
Objetivo	Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.
Responsabilidade	DMP E URs
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	---
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15.

Cumprida.

As ações implementadas pela DMP foram um pouco diferentes daquelas que se estabeleceu no PLS-PJSC 2019, mas ensejaram o atendimento da meta.

Como foi regulamentada a aplicação da cotação eletrônica por meio da Resolução GP n. 42/2018 e a aplicação da tramitação do processo virtual para contratações de baixo valor de bens foi instituída como regra a todas as contratações de bens oriundas da Secretaria do Tribunal de Justiça (realizadas pelas Diretorias vinculadas à Presidência - DGA/DGJ - e pela Academia Judicial, Núcleo de Segurança Institucional e pelo Núcleo de Comunicação Institucional) que ultrapassassem o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), o afastamento da contratação por cotação eletrônica (e, por consequência lógica, de micro e pequenas empresas nestas contratações de baixo valor) passou a ser competência desta Diretora de Material e Patrimônio.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Neste ano de 2019 foi afastada a aplicação da cotação eletrônica apenas quanto a 5 (cinco) contratações diretas realizadas pela Secretaria do Tribunal de Justiça, estas que, ainda que não realizadas por meio virtual, não afastaram a contratação de ME ou EPP, todas justificando o não cabimento da contratação virtual:

- Sei n. 7530/2019
- Sei n. 7207/2019
- Sei n. 0019503-07.2019.8.24.0710
- Sei n. 10780/2019
- Sei n. 8426/2019

Já as demais contratações diretas, estas realizadas diretamente pelas Comarcas, quando da edição da Resolução GP n. 42/2018, já se tomou a decisão de privilegiar as contratações locais, razão pela qual não foi implementada a cotação eletrônica nas comarcas. Assim, ainda que localmente não se contratem necessariamente empresas de pequeno porte ou microempresas, implementa-se a política de valorização do mercado local, o qual gera empregos e renda à população local, critério, também, de sustentabilidade socioambiental.

5 PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PARA 2020

Para compor o Plano de Logística Sustentável de 2020, as áreas apresentaram 53 ações, que abrangem os oito temas do artigo 16 da Resolução CNJ n. 201/2015.

Tabela 4- Quantidade de ações por categoria do principal indicador e por tema – 2020

Temas em que as ações incidem (art.16)	Categoria do principal indicador das ações (Anexo 1)	Quantidade de ações 2020	Principais áreas envolvidas
I e VI	PAPEL	1	DMP, DTI, SGS
I e VI	COPOS PLÁSTICOS	1	DIE, SGS
I e VI	ÁGUA ENVASADA	1	DIE, SGS
I e VII	TELEFONIA	2	DTI



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

II e VII	ENERGIA ELÉTRICA	4	2 DEA, 2 DTI
III e VII	ÁGUA E ESGOTO	1	DEA
I, IV e VII	GESTÃO DE RESÍDUOS	7	6 SGS, 1 DEA
I e VIII	REFORMAS	1	DEA
I e VI	LIMPEZA	2	DIE, DMP, DGP
I e VIII	VEÍCULOS	1	DTI
V	QUALIDADE DE VIDA	26	8 DS, 18 DGP
VI	CAPACITAÇÃO SOCIO-AMBIENTAL	5	SGS
VII	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS ²	1	DMP
	TOTAL	53	

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

O detalhamento do plano de ações para 2020 está dividido, abaixo, por categoria de indicador e aponta a ação, as áreas envolvidas, o objetivo, a meta, os recursos, o tema e a categoria do indicador:

5.1 PAPEL E IMPRESSÃO

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Campanha para uso racional de impressoras e de papel	DTI/SGS/DMP	Redução de consumo de papel, a partir de controle de solicitação de pedidos do material.	20 % de redução no consumo do papel para impressão,	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais VI - sensibilização e capacitação	2- Papel 5- Impressão

Há uma ação listada no item 5.14- Capacitação e Sensibilização Socioambiental, denominada “Publicação de dados de consumo de papel, água engarrafada e copo plástico”, que também poderá incidir neste indicador.

² Contratações Sustentáveis não constituem uma categoria de indicadores utilizada atualmente pelo CNJ para o balanço socioambiental. Entretanto, o PJSC vem realizando ações listadas no PLS que necessitam de um indicador que inclua a porcentagem relacionada às contratações.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

5.2 COPOS E ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Campanha para motivar o uso de copos ou canecas duráveis em substituição ao uso de copos plásticos e ao uso de garrafinhas descartáveis.	DIE SGS	Sensibilizar o público alvo para a importância de utilizar recipientes duráveis em substituição aos copos plásticos e garrafinhas de água descartáveis.	Realizar 100% da campanha	Projeto 2056	I - uso eficiente de insumos e materiais VI - sensibilização e capacitação	3- Copos 4- Água envasada 16- Capacitação e sensibilização

Há uma ação listada no item 5.14- Capacitação e Sensibilização Socioambiental, denominada Publicação de dados de consumo de papel, água engarrafada e copo plástico, que também poderá incidir nestes dois indicadores.

5.3 TELEFONIA

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Implantação Voip 2	DTI	Diminuir o número de equipamentos e linhas contratadas com as operadoras de telefonia, a redução do consumo de energia elétrica, redução da utilização de espaço físico e dos gastos com refrigeração do local de instalação do servidor	100%	Financeiros e Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais	6- Telefonia
2 Ampliação do tempo para troca Celulares; modem e mini modems	DTI/DRC	Ampliar vida útil de utilização do equipamento, prolongando o tempo para a substituição.	100%	Financeiros e Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais	6- Telefonia

5.4 ENERGIA ELÉTRICA

Ações	Área	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Substituição de ar condicionado do tipo janeleiro	DEA	Reduzir o consumo de energia elétrica no PJSC no que se refere	Concluir a substituição, iniciada em 2019, dos 212 condicionadores de ar do	Projeto orçamentário 12477 ou	II - energia elétrica	7 Energia elétrica



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

	por split nas assessorias dos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas		aos sistemas de climatização, com aumento gradual do uso de split.	tipo janelheiro por aparelhos do tipo split nas salas das assessorias de magistrados dos fóruns com até 5 varas, em conformidade com as diretrizes previamente definidas pela DEA e ratificadas pelo CGENG.	projeto específico de construção ou reforma do edifício.	VII - contratações sustentáveis	
2	Avaliação pós-ocupação da cobertura verde	DEA	Apurar as vantagens e desvantagens da cobertura verde nos fóruns de Gaspar e Canoinhas, concluindo pela manutenção, modificação ou eliminação dessa diretriz nos novos projetos.	100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Canoinhas.	Humanos	II - energia elétrica VII - contratações sustentáveis	7 Energia elétrica
3	Aquisição de solução hiperconvergente de servidores de rede e de armazenamento	DTI/DI	Evoluir tecnologicamente o parque de servidores de rede e de armazenamento, utilizando equipamentos de maior capacidade e de maior eficiência energética, resultando em um ambiente com maior capacidade de processamento e armazenamento, com ocupação de espaço físico menor e também menor consumo de energia elétrica.	80% dos serviços de TI rodando no novo ambiente	Financeiros e Humanos	II - energia elétrica VII - contratações sustentáveis	7 Energia elétrica
4	Troca do equipamento switch cisco	DTI	Promover a otimização dos equipamentos tornando-os mais eficientes energeticamente e mais céleres.	100%	Financeiros e Humanos	II - energia elétrica VII - contratações sustentáveis	7 Energia elétrica



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

5.5 ÁGUA E ESGOTO

Ações	Área	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Ligação à rede pública de esgoto nos municípios que disponibilizam este serviço	DEA	Aprimorar o sistema de tratamento de efluentes dos fóruns.	Executar os serviços referentes à conexão à rede pública de tratamento de esgoto em no mínimo 4 prédios localizados em municípios que disponibilizam esse serviço.	Projeto orçamentário 12477 ou projeto específico de construção ou reforma do edifício.	III - água e esgoto VII - contratações sustentáveis	8 Água e esgoto

5.6 GESTÃO DE RESÍDUOS

Ações	Área	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações de elaboração de projetos e orçamentação de obras de construção e reforma	DEA	Viabilizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil nas obras do Poder Judiciário de Santa Catarina, de forma estruturada e considerando seus custos.	100% de avaliação dos contratos com relação às exigências de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC dos projetos licitados em 2018.	Humanos	IV - gestão de resíduos VII - contratações sustentáveis	9 Gestão de Resíduos
2 Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis	SGS	Destinação formal dos resíduos recicláveis à coleta seletiva solidária sem ônus direto para o erário.	100% de celebração de convênios para atendimento das demandas em unidades do TJSC e Fóruns em cujos municípios sede das comarcas houver entidades ambientalmente licenciadas que tenham atendido o chamamento.	Humanos	IV - gestão de resíduos VII - contratações sustentáveis	9 Gestão de Resíduos



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

3	Adoção de novo modelo de separação e armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva.	SGS	Otimização da separação dos resíduos recicláveis, para a operação da coleta seletiva nos ambientes mediante a adoção de coletores de uso coletivo em substituição aos individuais, com redução de custos operacionais e melhoria na qualidade da separação.	100% das unidades administrativas do TJSC e 10% dos fóruns.	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais IV - gestão de resíduos	9 Gestão de Resíduos
4	Publicação de documento de padronização da separação e do armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva.	SGS	Tornar pública a padronização adotada pela Secretaria de Gestão Socioambiental para a separação e o armazenamento dos resíduos recicláveis, por meio do portal socioambiental e/ou de normativa.	100% da publicação.	Humanos	IV - gestão de resíduos VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional	9 Gestão de Resíduos 16 Capacitação e sensibilização socioambiental
5	Atualização do Plano de Gerenciamento de Resíduos	SGS	Atualizar o PGRS do Poder Judiciário catarinense, a fim de incluir as novidades de gestão promovidas pelo órgão.	Documento atualizado e publicado na página institucional	Humanos	IV - gestão de resíduos VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional	9 Gestão de Resíduos 16 Capacitação e sensibilização socioambiental
6	Projeto-piloto para coleta e destinação ambientalmente adequada de bitucas de cigarro	SGS	Promover a coleta e a destinação adequada de bitucas de cigarro, por meio de encaminhamento do resíduo à descontaminação e reciclagem.	Instalar o programa em ao menos 2 prédios do Tribunal de Justiça.	Humanos	IV - gestão de resíduos	9 Gestão de Resíduos
7	Elaboração de projeto básico de serviços de coleta de resíduos orgânicos e realização de compostagem nas unidades judiciárias localizadas na Capital e região leste	SGS	Elaborar projeto básico para prestação de serviço especializado na coleta de resíduo orgânico nas unidades judiciárias localizadas na Capital e região leste, com retorno de adubo para o Tribunal de Justiça.	100% de elaboração do projeto para unidades judiciárias localizadas na Capital e região leste	Humanos	IV - gestão de resíduos	9 Gestão de Resíduos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

5.7 REFORMAS

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Instalação/ampliação de bicicletários	DEA	Aumentar o número de bicicletários conforme a necessidade das comarcas e prédios.	Aumentar em 10% a quantidade de novos bicicletários a serem instalados nos prédios, que corresponderá a 82 prédios com este equipamento instalado.	Projeto orçamentário 12477 ou projeto específico de construção ou reforma do edifício.	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho VIII - deslocamento de pessoal	10 Reformas

5.8 LIMPEZA

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Realizar estudo para avaliar a possibilidade de adquirir produtos biodegradáveis	DIE/DMP	Diminuir o impacto ambiental no consumo dos materiais e serviços relacionados aos procedimentos de limpeza do PJSC	Realizar 100% do estudo	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais VII - contratações sustentáveis	11 Limpeza
2 Realizar projeto piloto na Unidade Presidente Coutinho para contratação de serviços de limpeza por metro quadrado com fornecimento de insumos ambientalmente adequados	DIE/DGP/DMP	Incrementar a produtividade na prestação dos serviços, reduzindo o uso de materiais, e diminuir o impacto ambiental nos consumíveis relacionados aos procedimentos de limpeza no PJSC	Elaborar projeto básico para contratação de serviços de limpeza com fornecimento de insumos em pelo menos uma unidade do Poder Judiciário como projeto-piloto	Humanos	I - uso eficiente de insumos e materiais VII - contratações sustentáveis	11 Limpeza



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

5.9 QUALIDADE DE VIDA

DIRETORIA DE SAÚDE

Ações		Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1	Estudo para instituição de procedimentos em casos de acidente do trabalho	DS/ DGA/ DGP	Elaborar fluxograma relativo aos casos de acidentes de trabalho ocorridos com os colaboradores do PJSC	Realizar 100% do estudo	Humanos / Materiais	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
2	Elaborar protocolo de enfrentamento ao Assédio Moral	DS/DG A/DGP/ CGJ/SI NJ/US C/NCI	Esclarecer e orientar quanto ao assédio moral, contribuindo na promoção de mudanças de hábitos e atitudes	Distribuir a cartilha informativa à 50% dos magistrados e servidores que ocupam cargo de chefia	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
3	Facilitar a reinserção de servidores afastados por longos períodos	DS/DG P	Preparar os servidores em processo de remoção por motivo de doença para retornar ao trabalho e os demais colaboradores que irão receber esse novo colega de trabalho	Atender 100% dos casos encaminhados pela Junta Médica	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
4	Oferecer orientação em higiene bucal através da produção e fixação de folheto ilustrado nos sanitários de uso comum do PJSC	DS/DIE /NCI	Promover saúde bucal dos membros e servidores do PJSC prevenindo através da correta higiene bucal as doenças dentárias e gengivais relacionadas à incorreta ou insuficiente higienização.	Atingir 100% dos servidores que utilizam os sanitários de uso comum do PJSC	Humanos/fi- nanceiro	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
5	Realizar estudos para implementação da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) nos postos de trabalho do PJSC	DS/DP AS/SE	Verificar a viabilidade e formas de implementação de AET nos postos de trabalho do PJSC, e implementar as recomendações ergonômicas identificadas	Concluir o estudo com o propósito de implementar a prática de AET	Humanos / Materiais e Financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

6	Realizar estudos para implementar a Ginástica Laboral no PJSC	DS	Verificar a possibilidade de implementar a prática de Ginástica Laboral nas unidades do Poder Judiciário com vistas à melhoria da qualidade de vida no trabalho e aumento da produtividade.	Concluir o estudo com o propósito de realizar Ginástica Laboral em todas as unidades do PJSC	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
7	Realizar estudos preliminares para a construção e validação de instrumento de avaliação de riscos psicossociais e cognitivos	DS	Contratar, por inexigibilidade de licitação, ferramenta para consultoria e assessoria na construção e validação de instrumento de avaliação de riscos psicossociais e cognitivos	Finalizar o estudo, contratar e implementar o instrumento no PJSC.	Humanos / Materiais / Financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
8	Atuar no processo de verificação dos riscos psicossociais/cognitivos	DS	Avaliar riscos psicossociais e cognitivos dos postos de trabalho, conforme estabelecido no e-social	Preencher 100% dos quesitos estabelecidos pelo e-social e avaliar 100% do público obrigado ao e-Social	Humanos / Materiais / Financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Ações		Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1	Acompanhamento do Desempenho	DGP	Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.	Realizar acompanhamento do desempenho de todos os servidores que apresentarem algum quesito insuficiente na Avaliação de Desempenho.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
2	Atendimento Psicossocial	DGP	Dar suporte psicossocial a servidores que buscam auxílio para dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho.	Atender todos os servidores que solicitarem apoio psicossocial. Indicador em número de servidores atendidos.	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

3	Cartões Virtuais - Datas marcantes	DGP	Reconhecer, valorizar e apoiar servidores e magistrados por meio do envio de cartões individualizados em momentos marcantes da vida destes.	Enviar as mensagens a todos servidores, magistrados e estagiários em datas especiais individualizadas. Indicador em número de cartões enviados.	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
4	Diagnósticos Psicossociais	DGP	Acompanhar e desenvolver os servidores realizando entrevistas individuais com todos os membros envolvidos na situação relatada ao ser solicitado o diagnóstico.	Realizar diagnóstico nas unidades jurisdicionais em atendimento às demandas da Presidência, CGJ, DGA, ou resultantes do acompanhamento do desempenho de servidores.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
5	"Dicas" no Portal do Servidor	DGP	Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.	Disponibilizar uma dica de português e uma de saúde por mês durante todos os meses do ano, com no mínimo 1000 acessos a cada uma das postagens.	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
6	Entrevistas de Lotação e Re-lotação de servidores na Secretaria do TJ	DGP	Entrevistas com o fim de identificar o perfil do servidor para definição de lotação com melhor adequação do ambiente de trabalho.	Realizar entrevistas com todos os convocados em concurso referentes à Secretaria do Tribunal de Justiça e com os servidores que solicitem relocação.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
7	Grupos Vivenciais	DGP	Contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e	Realizar cinco grupos vivenciais (intervenção psicossocial organizacional) com servidores.	Humanos e financeiro	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

			confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).				
8	Homenagem aos servidores aposentados	DGP NCI	Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.	Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano. Indicador em número de servidores homenageados.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
9	Programa Bem-Estar no Trabalho	DGP	Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.	Realizar 3 eventos para 30 servidores cada.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
10	Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais	DGP	Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.	Realizar dois grupos no ano de com participação total de 24 servidores.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
11	Programa de Melhoria do Clima Organizacional	DGP	Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho.	Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 2 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias) no ano.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

12	Programa de Preparação para a Aposentadoria	DGP	Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.	Realizar 2 eventos para 30 servidores cada.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
13	Programa Integra	DGP DEA DS DTI DIE DDI AJ	Melhorar as condições de acessibilidade, inclusão e integração de colaboradores com deficiência no Poder Judiciário Catarinense, a fim de oferecer a esse público condições adequadas para poderem exercer suas atividades laborais.	Identificar necessidades de todos novos servidores e estagiários com deficiência e oferecer condições adequadas de trabalho.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
14	Programa Olhares	DGP	Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.	Realizar uma edição do programa no ano.	Humanos e financeiros	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
15	Recadastramento de Aposentados	DGP	Auxiliar o servidor aposentado incapacitado a realizar o recadastramento anual obrigatório, contribuindo para o seu bem-estar.	Recadastrar todos aposentados que solicitarem o atendimento no ano.	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
16	Rodízio de Funções	DGP	Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça/ Comarca.	Realizar uma edição do evento.	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

17	Sementes de Bem-Estar	DGP	Atuar de forma preventiva e proporcionar semanalmente aos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina pequeno momento de reflexão a partir da leitura de mensagens que contribuem para a redução dos níveis de estresse físico e emocional, assim como para a recuperação da concentração e da memória.	Disponibilizar mensagens semanais no Portal do Servidor e por mensagem eletrônica a todos os servidores do PJSC	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida
18	Teletrabalho	DGP	Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.	Ter 450 servidores desempenhando suas atividades em Teletrabalho	Humanos	V - qualidade de vida	15 Qualidade de vida

5.10 CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Ações		Área	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1	Publicação de dados de consumo de papel, água engarrafada e copo plástico	SGS DIE DMP	Dar transparência aos índices de consumo de papel, água engarrafada e copo plástico por meio de publicação do portal socioambiental.	100% da publicação	Humanos	VI - sensibilização e capacitação	16 Capacitação e sensibilização ambiental
2	Semana do Meio Ambiente	SGS	Promover a comunicação para a sustentabilidade por meio de evento no TJ e nas comarcas	Participação de no mínimo 8 comarcas/setores do TJSC	Humanos	VI - sensibilização e capacitação	16 Capacitação e sensibilização ambiental
3	Semana Lixo Zero	SGS	Promover a comunicação para a sustentabilidade por meio de evento no TJ e nas comarcas	Publicar ao menos um e-mail marketing e um banner virtual nas páginas do TJSC	Humanos	VI - sensibilização e capacitação	16 Capacitação e sensibilização ambiental



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Existem mais 2 ações que incidem no indicador Capacitação e Sensibilização Socioambiental, listadas como ação principal de outra categoria, quais sejam:

- Campanha para motivar o uso de copos ou canecas duráveis em substituição ao uso de copos plásticos e ao uso de garrafinhas descartáveis – item 5.2 – categorias “copo plástico” e “água engarrafada”;

- Publicação de documento de padronização da separação e do armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva – item 5.7 – categoria “gestão de resíduos”.

5.11 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Ações	Áreas	Objetivo	Meta	Recursos	Tema (Art. 16)	Indicador (Anexo 1)
1 Estabelecer procedimentos que garantam a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte de maneira preferencial nos procedimentos de dispensa de licitação	DMP e URs	Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.	Exigir justificativa em 100% das contratações diretas realizadas pela Secretaria do TJSC por meio de dispensa de licitação nos casos em que a preferência conferida às microempresas e empresas de pequeno porte não seja observada.	Humanos	VII – contratações sustentáveis	Não há indicador no Glossário. A DMP estabeleceu um indicador próprio. Percentual de dispensas de licitação com justificativa para a não contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.